



O SR. PRESIDENTE (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Declaro aberta a 1ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, destinada às seguintes oitivas referentes à Representação nº 24, de 2025, e apensadas: oitiva de testemunhas a serem ouvidas pelo Deputado Marcos Pollon, em respeito ao acordo firmado na reunião do Conselho de Ética realizada em 16 de dezembro de 2025; e oitiva dos representados: Deputados Marcos Pollon, Marcel van Hattem e Zé Trovão.

A pedido do Deputado Fabio Schiochet, o Presidente do Conselho de Ética, presidierei esta reunião de oitiva na condição de Vice-Presidente e substituto regimental.

Em conformidade com o art. 5º, parágrafo único, do Ato da Mesa nº 123, de 2020, que regulamenta a Resolução nº 14, de 2020, está dispensada a leitura de atas.

Em votação a Ata da 25ª Reunião deste Conselho, realizada em 16 de dezembro de 2025.

Os Deputados que aprovam a referida ata permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Está aprovada a Ata da 25ª Reunião do Conselho de Ética, realizada em 16 de dezembro de 2025.

Comunicações da Presidência.

Informo que, em 28 de janeiro de 2026, o Deputado Marcos Pollon solicitou o agendamento das reuniões de oitiva para depois do dia 24 de fevereiro de 2026, em função de realização de exames médicos. O Relator se manifestou contrariamente ao pedido, com a anuência do Presidente deste Conselho, o Deputado Fabio Schiochet.

Ordem do Dia.

Faço alguns esclarecimentos a respeito das oitivas das testemunhas de defesa a serem ouvidas pelo Deputado Marcos Pollon, conforme dispõe o art. 12 do regulamento deste Conselho de Ética.



Os Deputados convidados como testemunha falarão somente sobre o que lhes for perguntado, sendo-lhes vedada qualquer explanação ou consideração inicial à guisa de introdução, nos termos do art. 12, inciso I, do regulamento.

Ao Relator, o Deputado Moses Rodrigues, é facultado inquirir as testemunhas em qualquer momento que entender necessário.

Será dada a palavra ao representado e ao seu advogado para seus questionamentos, nos termos do art. 12, inciso III, do regulamento.

A chamada para que os Parlamentares inquiram a testemunha será feita de acordo com a lista de inscrição realizada pelo App Infoleg, e serão chamados, primeiramente, os membros deste Conselho. O Deputado que usar a palavra não poderá ser aparteado, e a testemunha não será interrompida, exceto pelo Presidente ou pelo Relator.

Convido o Deputado Moses Rodrigues, o Relator, para compor a Mesa. Ele já se encontra à minha direita.

O Deputado Marcos Pollon se encontra presente.

O Deputado Marcel van Hattem apresentou um documento esclarecendo a razão de sua ausência.

O Deputado Zé Trovão não se encontra presente no momento, mas o advogado dele, o Dr. Eduardo Barros de Moura, se encontra presente de forma virtual, conforme informa a nossa Assessoria.

Ordem das oitivas: primeiro, o Deputado Zucco; segundo, o Deputado Delegado Paulo Bilynskyj; terceiro, o Deputado Mauricio Marcon; quarto, o Deputado Sargento Gonçalves; quinto, o Deputado Alberto Fraga; sexto, a Sra. Carolina Barreto Siebra, que também está *on-line*.

Na sequência do que foi apregoadado aqui, eu convido o eminente Deputado Zucco a tomar assento à mesa. Se estiver presente, agradeço-lhe a disponibilidade de comparecer perante este Conselho de Ética.

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Sr. Presidente...



O SR. PRESIDENTE (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Pois não, Dr. Eduardo.

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Primeiro, bom dia a todos e um excelente dia de trabalho!

Sr. Presidente, dentro que já foi alinhado por V.Exa. e na audiência anterior, eu só queria que permanecesse o direito do Deputado Zé Trovão. Eu acredito que não vai haver nenhuma intercorrência nesse sentido, mas, se em alguma fala da testemunha a gente entender que foi mencionado o Deputado Zé Trovão, que V.Exa. nos desse o direito, se isso ocorrer, de interpelar a testemunha para algum esclarecimento. Perfeito? É só esta solicitação que a defesa gostaria de fazer para V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Perfeito. Esta Presidência entende pertinente a colocação da defesa e deixa registrado que, havendo fala de alguma testemunha mencionando o representado e, obviamente, havendo a possibilidade de prejudicar direitos, a defesa terá a oportunidade de se manifestar e indagar a testemunha.

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Com a palavra o Deputado Marcos Pollon.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Eu queria perguntar a V.Exa. duas coisas. A primeira é se todas as testemunhas arroladas por V.Exa. já estão à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Até este momento, não confirmaram presença neste Conselho de Ética.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Certo. A segunda questão é a seguinte: a ordem da oitiva foi estabelecida com base em quê? Porque uma das testemunhas já está à disposição, a Carol, que foi arrolada por último.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Por parte desta Presidência, indago ao eminente Relator se haveria algum prejuízo na



inversão da ordem de oitiva das testemunhas. Por parte desta Presidência, não enxergo nenhum prejuízo, até mesmo porque essas testemunhas já foram arroladas pelos demais representados em outro momento.

O eminente Relator tem alguma objeção a fazer?

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Bom dia, Presidente.

Bom dia, Deputado Marcos Pollon.

Ano passado, quando iniciamos, o Presidente Fabio Schiochet, em um acordo de procedimento aqui no Conselho de Ética, determinou que a sequência das testemunhas deveria ser obedecida. Qualquer alteração na sequência das testemunhas tem que ser autorizada pela Presidência do Conselho de Ética.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - A Assessoria informa que o Deputado Zucco encontra-se em missão oficial autorizada pela Presidência desta Casa e que ele é uma das testemunhas que, salvo melhor juízo, mais interessa ao representado, razão pela qual esta Presidência entende por bem permitir que o representado ouça essa testemunha em outro momento, após a missão oficial.

Nós vamos tentar enfrentar essa situação chamando todas as testemunhas a serem ouvidas. E vamos tentar exaurir, na medida do interesse da defesa do representado, todas as testemunhas. E, chegando o Deputado Zucco, a gente tenta ajustar a sua oitiva para um momento posterior, tendo em vista que a missão oficial dele foi autorizada pelo Presidente desta Casa.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Sr. Presidente, já que existe uma sequência previamente determinada — eu não recordo se esse acordo foi feito com a minha presença aqui ou depois... *(Pausa.)*

Foi feito quando eu estava aqui. Está bem.

Eu gostaria da informação da ordem em que essas testemunhas foram ouvidas no procedimento quando eu não estava mais aqui. Se eu me recordo, a testemunha que estava sendo ouvida quando eu não pude mais participar da reunião era a advogada Carolina Siebra. Então, dentro dessa perspectiva, a



primeira da lista deveria ser ela. Os demais eu, sinceramente, não acompanhei. Então, eu gostaria de tomar nota, justamente para poder contactar os outros para que eles possam participar do feito.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Deputado Marcos Pollon, Deputado Moses Rodrigues, até mesmo para poder otimizar os trabalhos e permitir que a instrução neste Conselho de Ética possa prosseguir da melhor maneira possível, vamos seguir, de acordo com a presença, obviamente, nesta Comissão, ouvindo, inicialmente, as testemunhas presentes. E, na sequência, vamos instruindo esse processo do Conselho de Ética, até mesmo para que não haja qualquer prejuízo ao seu direito, ao direito do representado, aos dos demais representados, que, em outras ocasiões, tiveram a oportunidade de perquirir as testemunhas arroladas.

Então, vou assegurar a V.Exa. a oportunidade de, ainda que de forma aleatória, a gente dar andamento a esta Comissão, sem prejuízo ao seu direito de defesa, inquirindo aquelas testemunhas que se encontram presentes na sequência.

Peço a V.Exa. que, na medida do possível, já que foram todas devidamente intimadas pela Presidência desta Comissão, vá mantendo contato para que possam se fazer presentes também, na sequência.

Perfeito?

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Perfeito. V.Exa. poderia fazer a gentileza de nomeá-las, por favor? Eu vou anotar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Perfeitamente.

O Deputado Zucco seria a primeira, mas se encontra em missão oficial autorizada pela Presidência da Câmara, razão pela qual nós teremos que postergar a sua oitiva; o Deputado Delegado Paulo Bilynskyj, na sequência; o Deputado Mauricio Marcon; o Deputado Sargento Gonçalves; o Deputado Alberto Fraga; e a Sra. Carolina Barreto Siebra.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Eminentíssimo Relator, eminente Deputado Marcos Pollon, a Sra. Carolina Barreto Siebra se encontra presente de forma virtual.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Certo.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Então, eu concedo a palavra...

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Pois não.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Eu queria, por gentileza, suscitar uma questão. Em meados da semana passada, ainda não havia sido designada esta reunião. E nós fomos informados pelos nossos Líderes de que haveria um acordo com a Presidência desta Casa para que as reuniões só fossem retomadas após o carnaval. No entanto, tendo conhecimento de que as reuniões não seriam realizadas, eu passei o recesso inteiro fazendo exames médicos. Eu me dirigi ao cardiologista da Casa, que é a última bateria de exames que eu preciso fazer, e marquei esses exames durante esta semana, porque, segundo o acordo, não haveria a convocação desta Comissão. Pois muito bem, após eu ter informado à Presidência desta Comissão... Veja, não havia marcação de reuniões, não havia agendamento de reuniões, até que eu informasse que eu tinha esses exames para realizar. Perfeito? Após essa informação, houve a convocação da presente reunião. Após a convocação, houve o parecer do Ilustríssimo Relator, opinando pela manutenção da reunião. E digo isso de maneira respeitosa, opinando, porque essa é a natureza jurídica do parecer. Pois muito bem. Por conta dessa peça, eu fiz um pedido ao Presidente para que decidisse, a respeito do tema, se manteria a reunião. Fui informado no dia de... Foi dada publicidade a uma decisão proferida na sexta-feira, no dia de ontem, salvo engano, às 10h45min da manhã, no sentido de que ele manteria as reuniões.



No entanto, Sr. Presidente — e faço isso com base no art. 93 da Constituição Federal, que impõe a fundamentação de todos os atos —, o Presidente Fabio Schiochet não fundamentou a sua decisão. Ele simplesmente disse que o Relator se manifestou nesse sentido e que, uma vez que opinou pelo indeferimento do pedido de adiamento da instrução, entende que não existe óbice ao prosseguimento da fase probatória, mas não fundamenta. E V.Exa., como operador do direito que é, sabe que nós temos o direito à fundamentação das decisões. Veja, eu não pude acompanhar os últimos atos exclusivamente por questão de saúde. E, sabendo que não haveria reunião, busquei concluir todos esses exames antes das reuniões, para que não houvesse óbice no transcurso de todos esses trabalhos. De uma maneira que não encontro motivo — porque isso não está na decisão —, foi mantida essa reunião, que, repito, foi marcada após a informação de que eu teria esses exames nessas datas.

Então, eu queria pedir a V.Exa. que inste o Presidente desta Comissão a fundamentar a manutenção do feito, porque ele simplesmente diz aqui que não haverá... Como ele fala aqui? *"Não haverá prejuízo..."*. *"Entendo que não existe óbice ao procedimento etc."* Acho que eu fui o último que falta inquirir as testemunhas. E aí pergunto a V.Exas. — não é preciso nem ser jurista para poder entender, pois é questão do bom senso — como não haverá prejuízo se vou me submeter, logo mais, a uma série de exames e não tenho como estar lá e aqui ao mesmo tempo?

Então, eu gostaria que o Presidente fundamentasse a decisão dele de manutenção, porque ele simplesmente disse que não vai manter, mas não fundamentou.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Eminente Deputado Marcos Pollon, enfrente a questão levantada por V.Exa. da seguinte maneira: o primeiro aspecto diz respeito à fundamentação. Li com atenção a decisão do Presidente Fabio e percebo que, embora a fundamentação seja sucinta, não é insuficiente nem irregular, razão pela qual, pelos mesmos termos



apresentados pelo Deputado Fabio Schiochet, mantenho a decisão anteriormente adotada pelo Presidente.

No que se refere à questão específica de um acordo efetivado no Colégio de Líderes, até este momento não chegou essa deliberação a esta Presidência. Se chegar — evidentemente, eu já até alinhei isso com o Relator —, nós vamos cumprir essa deliberação, mesmo sabendo que o Conselho de Ética tem autonomia para tocar esse procedimento. Mas eu queria deixar claro a V.Exa. que, até este momento, essa decisão não chegou para esta Presidência da Comissão, razão pela qual nós entendemos que devemos manter esta instrução, obviamente, sem prejuízo de que o senhor, pessoalmente ou por sua defesa técnica, possa acompanhar a instrução da oitiva da testemunha — repito, que já fora ouvida em outro momento —, fazendo as perguntas que entender pertinentes. É nesse sentido que a gente entende. E, se o senhor puder se fazer acompanhado de defesa técnica para fazer as perguntas, não haverá prejuízo à sua defesa, e é isso que nós queremos deixar registrado nesta Comissão.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Eu queria perguntar, ainda, a V.Exa., se me é permitido, no curso da minha defesa, utilizar material audiovisual — no caso, a transmissão do evento do dia.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - A Assessoria nos informa que, no momento da sua oitiva, sim...

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Aí eu posso usar.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - ...será permitido utilizar materiais audiovisuais.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Ótimo. Perfeito. E, como última questão, para evitar qualquer imprecisão técnica na condução da minha defesa — eu fiz esta pergunta ao Presidente, que, talvez, por conta da condução do feito não tenha me dado uma resposta satisfatória —, e, como reitero, o senhor, como operador do direito, vai entender a pergunta que eu vou fazer para o senhor, e eu espero que o senhor, compreendendo, possa responder.



Eu, assim como meus colegas aqui, o Deputado Marcel, o Deputado Zé Trovão... Há uma imprecisão na definição da conduta imputada como infração ético-disciplinar. Então, eu pergunto a V.Exa., fazendo um paralelo com o Direito Penal, qual seria o evento individualizado atribuído a cada um de nós — o que, dentro do Código Penal, seria o núcleo do tipo, como V.Exa. está habituado — para que nós possamos saber do que nós estamos nos defendendo. Qual é a individualização da conduta? Essa é a questão.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Perfeito. Eu recolho a sua indagação.

Vou particularizar essa situação a partir da representação da Mesa Diretora e respondo hoje ainda, no decorrer da instrução das testemunhas.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Perfeito. Muitíssimo obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Dando sequência à instrução neste Conselho de Ética, eu registro, como de costume, a presença da Sra. Carolina Barreto Seabra, por videoconferência. Agradeço-lhe a disponibilidade em comparecer novamente perante este Conselho de Ética.

A Sra. Carolina Barreto Seabra está sendo, neste momento, compromissada pela Presidência a dizer a verdade, sob os consectários legais, razão pela qual fica a Sra. Carolina Barreto devidamente compromissada a dizer a verdade de tudo aquilo que lhe for perguntado.

Passo, na sequência, a palavra ao eminente Deputado Marcos Pollon para seus questionamentos.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Sr. Presidente, só mais uma questão.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Pois não.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Eu acabei de ser informado que também o Deputado Zucco está em missão.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Como?



O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - O Deputado Zucco também está em missão. Não, não, perdão. Seria o Deputado Paulo Bilynskyj.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - A informação que a gente tem é de que o Deputado Paulo Bilynskyj também se encontra em missão oficial e, já antecipando a eventual indagação de V.Exa., eu informo que a mesma decisão aplicada ao Deputado Zucco será aplicada também ao eminente Deputado Paulo Bilynskyj. Perfeito?

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Sra. Carolina Barreto Seabra, nos termos do art. 12, inciso I, do Regulamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a senhora presta o compromisso de falar somente a verdade? Este é o termo de compromisso. A senhora concorda em dizer somente a verdade, Sra. Carolina?

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Só uma correção: meu nome é Carolina Barreto Siebra.

Sim, me comprometo.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Perfeito.

Obrigado, Carolina, e me desculpe pelo equívoco do Seabra, em vez do Siebra.

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Por nada, sem problemas.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Passo a palavra ao eminente Deputado Marcos Pollon para fazer seus questionamentos.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Como já foi perguntado aqui, a senhora estava presente no dia. Eu queria pedir à senhora que fizesse um retrospecto do que aconteceu naquele dia, desde o momento em que a senhora ingressou no plenário, e qual foi o desenvolvimento dos fatos. O que a senhora viu?

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Então, naquele momento, ali estava havendo uma obstrução da Mesa. Havia várias pessoas sentadas à mesa — na



verdade, nas cadeiras mais à mesa —, e estava proibida a entrada de pessoas de fora, de Assessoria, etc., no plenário. Mas, em um determinado momento, foi facultada essa entrada, e foi quando eu o fiz. Eu subi pela galeria, entrei e fiquei exatamente em frente à mesa da Presidência. E aí eu vi, avistei o Deputado Marcel van Hattem e vários outros Deputados. Na hora em que eu entrei, a Deputada Julia Zanatta ainda estava sentada também, com a bebezinha dela no colo. Aí, a gente começou a se questionar o que era que estava acontecendo ali naquele momento: se já tinha sido feito um acordo, se não tinha sido feito esse acordo. Mas havia uma movimentação estranha, inclusive pela permissão de entrada da Assessoria no plenário, mesmo que fosse pela galeria. Então, isso já era um sinal, para a gente que estava de fora, de que, talvez, pudesse haver um acordo. Porém, da mesma forma que a gente não tinha como saber, pela distância, eu acredito que quem estava sentado à mesa também não teria como saber. Foram chegando várias pessoas, até que a gente avistou, de longe... Como a gente estava na parte de cima, dava para ver o movimento por trás dos Deputados que estavam sentados à mesa, mas existiam ali várias outras pessoas também que impediam essa visibilidade dos Deputados que estavam à mesa, de ver quem era que estava chegando e se aproximando. Mas, como a gente estava distante, a gente viu que era o Presidente Hugo Motta, sendo que, assim que ele subiu, naquela parte de cima, ele parou e várias pessoas o cercaram. Ele ficou ali conversando com aquelas pessoas, e todo mundo tentando entender o que estava acontecendo, se ele iria tirar os Deputados à força, o que era que seria feito. Aí ele fez menção de voltar, sendo que a distância em que o Presidente Hugo Motta estava era uma distância razoável das pessoas que estavam sentadas à mesa; e ainda havia várias outras pessoas entre o Presidente Hugo Motta e os que estavam sentados à mesa. Então, não dava para entender muito bem o que estava acontecendo, e ficou todo mundo nessa situação. Mas houve um momento em que os Deputados que estavam ali sentados foram informados — acredito que tenham sido informados, pois não dava para ouvir — e, pela movimentação, percebeu-se que foram informados ao ouvido. Eles se



levantaram e se retiraram. Não houve força; não houve confusão; não houve gritaria; não houve nada disso. Foi uma coisa natural.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Excelente. Doutora, como advogada, provavelmente já leu *O Processo*, de Franz Kafka, livro que invoquei aqui durante as últimas reuniões, justamente por relatar a hipótese de um processo que se deslinda sem que a parte saiba por que está sendo processada e, ao final, é julgada, condenada e executada, sem nem sequer saber por que estava sendo processada. Na ocasião, invoquei até um trecho desse livro *O Processo*, de Franz Kafka. Como a senhora deve ter acompanhado, a primeira questão que levantei, mais uma vez, é qual a individualização do fato atribuída a nós três que estamos aqui separados dos mais de 70 Parlamentares que participaram do mesmo ato. Durante esse recesso, meditando sobre esse processo kafkiano, procurei entender o que estava acontecendo e me lembrei da leitura de Dostoiévski. Outro livro que recomendo a leitura para entender o que está acontecendo no Brasil se chama *O Idiota*, livro que mostro aqui para vocês. (*Exibe documento.*) Nesse livro, ele retrata um personagem, doutora, que é um príncipe que se ausenta da Rússia e, ao retornar, volta com ares idealistas, mantendo em si a bondade. Tem uma frase célebre, utilizada até hoje como adágio: "*A beleza salvará o mundo*". Na verdade, esse livro demonstra o custo de se manter a integridade em um mundo de ímpios, o custo de não se deixar corromper perante as iniquidades e como isso, de certa forma, é grave para o personagem, que, no bom português, só se lasca por ser honesto. Talvez, seja essa a obra mais adequada ao caso. Faço essa introdução para V.Exa. para que possa confirmar — pois, ao assistir ao vídeo, fiz uma lista de alguns colegas que ocuparam aquele espaço e se sentaram nas respectivas cadeiras — a lista que fiz e se se recorda de algum nome, caso eu não o cite citado, uma vez que, ao que parece, as condutas imputadas de forma genérica aos três representados foram engendradas por mais de 70 Parlamentares. Bom dia, Deputado. É uma satisfação revê-lo. Feliz Ano-Novo! Vejam, nós somos de espectros políticos radicalmente diferentes, e ele é o que mais debate comigo aqui neste Conselho, mas nunca



perdemos o respeito mútuo. A senhora se recorda da Deputada Magda Mofatto ocupando as cadeiras?

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Não me recordo.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - A senhora se recorda da Deputada Coronel Fernanda ocupando as cadeiras?

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Não me recordo.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - A senhora se recorda da Deputada Rosangela Moro ocupando as cadeiras?

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Não, também não. É porque, quando eu cheguei, já estava posto daquela forma. Então, a distinção já estava...

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Já fazia tempo, não é? Tudo bem. Eu estou tomando a liberdade de perguntar por um a um, porque eu quero que os nomes fiquem registrados...

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Pode perguntar, pode perguntar, é só para explicar mesmo.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Obrigado. Agradeço a gentileza. Na ocasião em que eu for fazer a minha exposição, utilizarei o aparelho de vídeo, conforme a Mesa me informou que é possível. Mas eu quero que isso conste desde o começo, *per se*, porque é pacífico no Supremo Tribunal Federal que os processos ético-disciplinares não podem ter destinação distinta do que, exclusivamente, verificar o descumprimento de preceito ético, razão pela qual se impõe ao procedimento o princípio da indivisibilidade, não sendo permitido pinçar, entre múltiplos agentes, uns ou outros, atribuindo-se a alguns uma conduta que foi praticada por muitos. Mas vamos lá. Parei na Deputada Rosangela Moro. A senhora se lembra do Deputado Sargento Gonçalves ocupando as cadeiras?

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Não, não me recordo.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Eminente representado, eu pediria a V.Exa....

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Que falasse tudo de uma vez?



O SR. PRESIDENTE (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Se possível, até para a gente seguir, sem prejuízo algum ao seu direito de defesa.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Claro, claro, sem problema. Eu vou passar a lista, então, para a senhora e, se a senhora se lembrar de algum nome que não esteja aqui... Deputados General Pazuello; Sargento Gonçalves; Macron; Bia Kicis; Deputada Chris Tonietto; Deputada Carla Dickson; Deputada Julia Zanatta, que a senhora mencionou; Deputada Rosana Valle. Quase todos os Deputados que estavam na manifestação se revezaram nas cadeiras da Mesa, como está escrito aqui. Então, muitos ainda estão faltantes aqui, mas vou verificar depois. Lá estavam os Deputados Evair Vieira de Melo; Nikolas Ferreira; Belinati; Hélio Meirelles; Caroline de Toni; Daniela Reinehr; Zucco; Pastor Diniz; Ricardo Salles; Luiz Philippe de Orleans e Bragança; Cabo Gilberto; Sanderson; Any Ortiz; Dr. Frederico; Dr. Fernando Máximo; Capitão Alden; Capitão Alberto Neto; Alberto Fraga; Messias Donato; Gilson Marques e Adriana Ventura. A senhora se recorda, já que não lembra todos os nomes, de ter visto essa movimentação de ocupação e revezamento das cadeiras? A propósito, Sr. Presidente, só uma questão. Eu acredito que o Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança foi ouvido na minha ausência, não foi? O nome dele não consta aqui.

O SR. JEFFREY CHIQUINI - Não, eu acho que não. Ele não veio. Só foram esses mesmos, Deputado.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Ele não veio. Foram só esses mesmos aqui. Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Aproveito a oportunidade para também registrar a presença do advogado Jeffrey Chiquini, representando o eminente Deputado Marcel van Hattem. Esclareço ao advogado Jeffrey Chiquini que, assim como a gente esclareceu para o Dr. Eduardo Barros, que se encontra presente de forma remota, para eventual inquirição que possa violar direito ou prerrogativa do representado, a Presidência vai permitir que V.Exas. também façam a inquirição na sequência.



O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Carolina, você está nos ouvindo?

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Sim, estou.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Você pode responder à pergunta do Deputado Marcos Pollon, por favor?

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Sim. Como eu havia dito anteriormente, são poucas as pessoas de que eu me recordo estarem sentadas, até porque eu já cheguei em um momento em que estava finalizando a obstrução. Mas, pelo que eu estava acompanhando nas mídias, os Deputados de Oposição, em sua grande maioria, revezavam-se sentados na cadeira da Mesa Diretora.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Certo. Então não foi só eu que estava lá, nem só o Deputado Marcel, nem só o Deputado Zé Trovão.

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Não, não, não. Houve um revezamento. Eu estava acompanhando de perto o Senado, e no Senado também houve esse mesmo revezamento, e não houve processo disciplinar posteriormente. E aí a gente também tem que recordar a diferença entre a saída dos Deputados da Mesa ali com a saída do Deputado Glauber posteriormente, que resistiu, foi tirado, teve uma confusão, etc. No caso de vocês, não. Foi um pedido, uma pessoa chegou, pediu, e vocês se levantaram e foram embora.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Excelente. Sr. Presidente, ocorreu-me agora um fato, porque, como esta reunião é continuação das reuniões passadas, nós tivemos, na reunião passada, um evento que incitou a necessidade de representantes da Ordem dos Advogados do Brasil. E, por serem atos correlatos, estarem ligados entre si, como se um ato só fosse — só não é um ato só por conta de impossibilidade material —, eu indago a V.Exa. se os representantes da OAB se fazem presentes. Como é o mesmo ato, eles deveriam ter sido cientificados.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Deputado Marcos Pollon, na verdade, a presença do representante da OAB veio



com o propósito de buscar salvaguardar os interesses e as prerrogativas dos advogados.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Se eventualmente esta Presidência, ou qualquer outra pessoa desta Mesa, tiver a mínima intenção de prejudicar a prerrogativa de qualquer advogado aqui presente — eu já assevero de antemão que não há o menor interesse nisso; pelo contrário, nosso interesse é fazer com que a instrução ocorra da melhor maneira possível —, certamente, a gente pode, a pedido dos advogados, acionar novamente o Conselho de Prerrogativas da OAB para que possa acompanhar esta sessão aqui do Conselho de Ética, sem problema algum.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Certo. Eu quero solicitar a V.Exa. a inclusão de uma testemunha nova, decorrente de fato novo. Essa é para indagar exclusivamente o procedimento e não o mérito. Eu fui informado quando voltei do recesso e assisti um pedaço do vídeo. Eu confesso a V.Exa. que eu não o assisti todo, porque — como eu vou dizer? — não me traz boas recordações. Mas me foi constituído pela Mesa um advogado *ad hoc* e esse advogado falou, salvo melhor juízo — eu até queria pedir para a Mesa a ata e as notas taquigráficas, para ver se foi isso que aconteceu —, que eu telefonei para ele e o ameacei. Eu me recordo que eu estava sem celular e saí daqui medicado e não participei nem remotamente, nem assisti nenhum ato que aconteceu. Inclusive, do dia 20 de dezembro até o dia 20 de janeiro, sequer rede social eu acessei. Eu só rompi esse ato nas redes sociais — isso por recomendação médica — por conta de um ato realizado pela Oposição aqui no dia 29. Eu acabei rompendo esse propósito de ficar ausente das redes sociais, mas, depois, voltei a ficar incomunicável, para poder fazer todos os exames que eu precisava fazer e me recuperar e, como o senhor viu, enfrentar, de forma minimamente saudável, as sessões, que, como aconteceu no ano passado — espero que não se repita —, não pararam nem para o almoço. A Dra. Carolina chegou a passar mal antes de mim. *(Risos.)* O que eu quero pedir a V.Exa. é a



convocação desse advogado, para esclarecer como que eu liguei para ele, em que termos eu liguei para ele, que ameaça que eu fiz para ele, porque eu acho muito pouco provável que eu tenha conseguido ligar para qualquer pessoa, e isto é ultrajante porque, antes de ser Deputado, eu sou advogado. Com base nisso, como eu estou desenvolvendo a minha defesa técnica. E quero agradecer ao meu advogado, que, de maneira muito corajosa, se expôs e colocou até sua carreira em risco, renunciando por ter verificado que não se estava observando o devido processo legal, sob o argumento de que o julgamento é político. Mas, veja, o julgamento pode ser político, mas o processo e o devido processo legal deve se ater ao procedimento e, infelizmente, não estava se atendo ao procedimento. Então, como eu mesmo faço a minha defesa técnica, eu gostaria de pedir, respeitosamente, a V.Exa. que nós ouvíssemos o advogado, que eu não sei quem é, não recordo o nome; se eu cruzar no corredor, não o conheço, só fui cientificado agora que eu voltei desse fato. Gentilmente, quero pedir a V.Exa. que inste a Comissão de Prerrogativas da OAB que se faça presente. De antemão, agradeço a condução de V.Exa., que vem sendo muito diferente das que nós observamos no ano passado. Fico muito... Feliz não seria a palavra, mas sinto um ar de obediência aos ditames do devido processo legal, uma vez que o senhor conhece o ordenamento jurídico. Então, isso nos dá uma tranquilidade — não é, Chiquini? —, isso nos permite tentar exercer, minimamente, uma defesa razoável. Então, são esses dois pedidos que eu queria fazer respeitosamente a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Vamos lá, enfrentando isto de maneira bem objetiva.

Inicialmente, com relação à questão do advogado de prerrogativas da OAB, não há nenhum problema evidentemente, desde que as defesas aqui presentes assim entendam. Eles podem fazer a solicitação sem problema algum, e nós teremos o maior prazer em receber a Comissão de Prerrogativas da OAB aqui neste Conselho de Ética, repito, sem que qualquer interesse de quaisquer dos advogados sejam prejudicados.



Especificamente com relação à nova testemunha, nos termos regimentais, eu ouço o Relator, para que ele possa se manifestar a respeito do requerimento efetivado nesta ocasião pelo eminente representado, Deputado Marcos Pollon.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Sr. Presidente, eu não vejo necessidade de ouvir uma nova testemunha, até porque os fatos que estão sendo apurados aqui são os fatos que vieram da Mesa e da Corregedoria. E qualquer questionamento ao procedimento deve ser feito em momento oportuno, na CCJ, como determina o nosso Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - De acordo com o eminente Relator, a Assessoria já tinha nos instado a nos manifestar desta maneira. Este é o primeiro ponto.

Segundo ponto: eu presidia aquela sessão, e, de fato, o advogado afirmou esta possibilidade. Mas eu posso deixar claro que, naquela ocasião, o que foi feito foi realmente a interrupção da sessão, para que não houvesse qualquer prejuízo ao direito de defesa de V.Exa., sem que isto tivesse qualquer relação com os fatos apurados neste momento.

O que eu posso asseverar é que, naquela circunstância, nenhum prejuízo ao seu direito de defesa foi efetivado, razão pela qual nós compreendemos que esta oitiva se faz, neste momento, desnecessária, até mesmo porque os fatos estão apresentados na representação apresentada pela Mesa.

Eu pediria a V.Exa. que desse sequência, Deputado Marcos Pollon, à inquirição da testemunha, a Sra. Carolina, por favor.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Só quero reiterar a V.Exa. que, no ano passado, foi a Mesa que solicitou a presença dos representantes da OAB, e eu queria que a Mesa fizesse isto de novo.

Foi, não foi? (*Pausa.*)

Foi a Mesa. (*Pausa.*)

Não, não foi o meu advogado. (*Pausa.*)

Quando ele renunciou, o Presidente mandou acionar a OAB.



O SR. PRESIDENTE (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Não, foram duas coisas distintas.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Foi a Mesa, não foi?

O SR. PRESIDENTE (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Não. O acionamento de um advogado para o ato foi feito pela Mesa. Perfeito. O acionamento do advogado das prerrogativas, do Conselho das Prerrogativas da OAB foi feito, salvo engano, pelo Dr. Ricardo, se não me engano, naquela sessão. Mas eu posso asseverar que isto não foi feito pela Presidência e muito menos pela Mesa do Conselho de Ética.

De qualquer sorte, fica assegurado que qualquer advogado aqui presente possa fazer este acionamento sem nenhum problema.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Entendi. Perfeito.

Dra. Carolina, a senhora identificou, dentro do processo do ato praticado naquele dia, se eu, o Deputado Marcel ou o Deputado Zé Trovão éramos organizadores do evento?

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Não, não existia essa aparência ali. Então, se houvesse uma organização vinda dos senhores, seria algo que não dava para perceber. Mas, claramente, não, porque havia um revezamento. Então, não era uma coisa em que havia uma liderança, digamos assim, de... Se fosse um motim, haveria uma liderança, mas era algo de acordo com a Oposição ali, e, talvez, o Líder da Oposição fosse quem comandou, etc., mas eu acho que não. Acredito verdadeiramente que não.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - A senhora disse que chegou ao deslinde do fato. Se eu me recordo, estávamos eu e o Deputado Marcel à frente, na mesa, sentados ali na mesa, o Deputado Zé estava no canto, e havia um tumulto ali atrás. Estavam apinhadas ali algumas dezenas de Parlamentares. Na posição em que nós estávamos, existia a possibilidade material de que liderássemos alguma coisa, alguma iniciativa?



A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Não, não, não, de forma alguma — de forma alguma. Inclusive, a minha visão que eu tenho, e é uma visão minha... Eu convivo com pessoas do espectro autista. E o que eu percebi foi uma confusão no sentido de tipo assim: não dava para entender o que estava acontecendo. E eu vi que você estava realmente confuso. Eu percebi que o Deputado Marcel falava alguma coisa com você no sentido de tipo assim: *"Eu estou aqui contigo. Vamos conversar aqui entre eu e você"*. O que eu via era mais ou menos isso — o que eu via de longe. E eu até comentei com uma pessoa que estava comigo sobre essa situação. Eu disse: *"Eu acho que o Deputado Pollon não está entendendo o que está acontecendo, o Deputado Marcel está tentando explicar para ele, e, talvez, nem o Deputado Marcel esteja entendendo também"*, porque realmente não dava para entender o que estava acontecendo.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Só um segundo, Presidente. *(Pausa.)*

É que a Assessoria me informou que houve a manifestação do Presidente, na última reunião, de que eu poderia suscitar novas testemunhas. Eu só estou perdendo esse tempo aqui por causa disso. Só que o texto aqui fala que eu seria instado a dizer se eu queria ouvir as que já falaram: *"(...) garantida a possibilidade de escolher as testemunhas ouvidas nessa reunião, para inquirir em reunião futura"*. Então, já me foi oportunizado isso. Eu já me manifestei positivamente. Então, peço desculpas pela interrupção. Eu queria só entender. Foi em relação ao que eu já fiz. Obrigado.

Doutora, deixe-me pontuar algumas coisas aqui, porque entramos num ponto muito interessante. Eu tenho muitas reservas em relação à publicização do meu espectro, justamente porque a única coisa que a gente recebe das instituições e do Brasil, de modo geral, é preconceito. Não há o menor respeito e o mínimo de empatia com as pessoas que vivem sob o espectro. Mais do que isso, aqueles que são nível 2 e, principalmente, nível 1, por terem uma capacidade de mascaramento social, conseguem simular, entre aspas — eu sei que o termo é pejorativo e inadequado —, uma "normalidade", e não recebem o mínimo de empatia daqueles



que publicamente dizem que vão defender esses direitos e garantias. Veja que, pelo Regimento, eu tenho o direito a um assessor de plenário para me dar suporte, uma vez que, passando pela junta médica da Casa — eu passei pela junta médica da Casa —, me foi assegurado esse assessor de suporte, que fez um curso específico na entidade para poder oferecer esse suporte. E veja a senhora que eu fui informado pela segurança do plenário que a Mesa, verbalmente, proibiu esse meu assessor de me acompanhar nessas sessões. No ano passado, eu fiz um requerimento por escrito para que essa proibição fosse me dada também por escrito. E, se a minha assessoria estiver acompanhando — espero que esteja acompanhando — esta reunião, que me informe no WhatsApp se esse requerimento foi respondido. Eu falo isso para a senhora porque, ao contrário do que alguns órgãos de imprensa, que distorceram o que eu falei, e pseudoespecialistas no transtorno também distorceram o que eu falei, eu quero deixar bem claro que não vou suscitar, em nenhum momento, a minha condição neurológica como excludente de responsabilidade, porque eu não só sabia o que eu estava fazendo, como também sabia por que e por quem eu estava fazendo. São pessoas de quem eu não ouvi falar; são pessoas que eu conheci, conheço e acompanhei de perto o sofrimento de todos eles — e acompanho até hoje. Então, sempre deixei bem claro que eu não trataria do espectro em relação a isso. Mas esse é um ponto muito importante. Por quê? No dia em que nós saímos e desocupamos a mesa, alguns órgãos de imprensa começaram a suscitar que o Deputado Marcel van Hattem teria encabeçado aquele último ato, que seria o que nós dois estávamos sentados ali, e que ele teria me convencido a ficar ali para acompanhá-lo. Eu fiz um vídeo dizendo o seguinte: *“Olha, estava uma balbúrdia lá em cima, uma bagunça, com dezenas de Deputados falando alto, até gritando ali em cima, e outros tantos gritando ali embaixo”*. Então, independentemente de a pessoa viver sob o espectro ou não, qualquer indivíduo normal não tinha condição de entender o que estava acontecendo, tanto que algumas testemunhas que foram ouvidas já confirmaram isso, que não dava para entender se havia ou não acordo, se havia encerrado ou não, dado o ruído. Então,



eu fiz um vídeo dizendo exclusivamente que, por saber da minha limitação na compreensão das coisas, e, principalmente, por ser um ambiente de estresse e eu estar ali numa condição de hiperfoco — o que fica nítido nas imagens —, eu pedi para que o Deputado Marcel van Hattem ficasse comigo, porque eu precisava de alguém que eu sabia que permaneceria comigo até o momento em que nós fôssemos instados a desocupar o espaço, que não se acovardaria mediante qualquer tipo de ameaça e que só sairia dali quando nós obtivéssemos o compromisso de se pautar a anistia, que não foi pautada até hoje — compromisso este que foi feito desde o processo eleitoral da Mesa. Então, eu solicitei ao Deputado Marcel e fiz esse vídeo dizendo o seguinte: *“Dada a minha limitação, eu busquei um Deputado que teria coragem de permanecer comigo até o final e que seria sincero comigo em me informar o que estava acontecendo”*. Então, não é que eu não entendi o ato, o fato, o acontecimento. É que, dada a balbúrdia, qualquer pessoa, atípica ou não, não teria condições de buscar essas informações. A diferença é que uma pessoa neurotípica poderia virar para trás e colher informações de A, B ou C. Eu, por segurança, por saber que eu tenho essa limitação, preferi focar exclusivamente numa pessoa em quem eu confio, que é o Deputado Marcel van Hattem, e que eu sei que teria coragem — e tem coragem — de ombrear até o final. Pois muito bem, eu fiz um vídeo externando a minha limitação exclusivamente para defender o Deputado Marcel, e, infelizmente, alguns pseudoespecialistas e até universidades que supostamente estudam isso distorceram a minha fala, dizendo que eu disse que não entendi o que estava acontecendo por conta do espectro. E não, não foi isso o que eu disse. Eu disse que nós precisávamos da informação se havia encerrado o ato ou não e eu busquei uma pessoa específica. Isso é muito comum: é a pessoa de suporte, que, pelo estatuto desta Casa, eu tenho o direito de fazer presente comigo no plenário. Infelizmente, isso tem sido obstaculizado para mim, prejudicando o exercício do meu mandato já há quase 1 ano. Pois muito bem, reitero à minha assessoria: se chegou por escrito, me mande; se não chegou, me mande também, para eu saber.



A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Deputado Pollon...

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Eu vou lhe perguntar, só estou explicando a conjuntura para a senhora. Até hoje, a Presidência não respondeu o meu ofício sobre a proibição do meu assessor em plenário — até hoje. Eu pergunto para a senhora o seguinte: como a senhora estava no plenário, a senhora viu a bagunça que estava lá, a gritaria, tanto embaixo quanto em cima? E, quando o Presidente adentra — e isso eu só fui ver depois —, o barulho se intensifica, e não havia condições de a gente sequer entender o que estava acontecendo, não no sentido de não entender o ato em si, mas de entender que o Presidente tinha ingressado no plenário, porque, do nada, o barulho se intensifica, a movimentação se intensifica. Eu pergunto para a senhora se a senhora viu esse ingresso, porque eu não vi, e, tendo-o visto, se se recorda que o barulho, a bagunça, o tumulto se intensificaram nesse momento, porque eu lembro que, ao final, o tumulto se intensificou, e se intensificou muito. Eu fui saber depois que eu saí de lá que havia se intensificado por conta da chegada do Presidente ao recinto.

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - É exatamente isso, Deputado. O que é que aconteceu? Quando eu percebi, eu estava atenta e estava em uma situação em que visivelmente, pela visão, eu tinha uma visão mais privilegiada do que a sua, porque eu estava do alto, então daria para ver toda essa movimentação. Porém, a gente só viu o Presidente Hugo Motta já quando ele já estava ali em cima. E foi um comentário geral de quem estava do lado: *"Olha ali o Presidente Hugo Motta, ele já está ali em cima"*. E aí existiam várias outras pessoas ali, e realmente o barulho foi intensificado nesse momento, porque o Presidente estava lá, e se estava querendo saber o que tinha acontecido de fato, por que ele estava ali, o que ele iria fazer, etc. E realmente foi um barulho maior ali naquela situação.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Doutora, a senhora me perdoe em delicadeza, mas eu sou obrigado a fazer uma pergunta, porque isso é muito importante. A senhora tem algum tipo de neurodivergência ou a senhora é



neurotípica? E, se não se sentir à vontade para responder, pode não responder que eu vou entender.

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Não, sem problema. Eu sou neurotípica, porém eu convivo com uma pessoa, um adulto, com neurodivergência.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Perfeito. Então, a senhora, neurotípica, estava ali presente. Eu questiono a senhora, pois quero que isso fique bem claro, porque é muito importante para deixar bem claro que não foi o espectro que nos fez não compreender a origem e a razão do tumulto. A senhora, que estava numa visão melhor que a minha, numa posição melhor que a minha, numa condição de menos estresse e exposição ao barulho que eu estava, a senhora conseguiu compreender de pronto que, quando se eleva o barulho, acontece aquela balbúrdia, tanto por parte da base do Governo, estava embaixo bradando, e lá em cima os nossos colegas respondendo, a senhora conseguiu compreender, não o ato, mas o que estava acontecendo naquele momento ali, até o momento em que a senhora vê que o Presidente está em cima, no átrio, ali na parte superior, próximo à mesa? Porque, veja, eu não vi essa aproximação. Eu vi que o barulho aumentou, e a senhora também disse que não viu essa aproximação, mas a senhora conseguiu vê-lo lá em cima, coisa que eu não consegui.

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Nem eu e nem dezenas de pessoas que estavam ao meu lado. Havia várias pessoas ao meu lado e todas essas pessoas se questionavam o que estava acontecendo. Então, não foi uma coisa só minha, mas também das outras pessoas que estavam ali assistindo. Ninguém conseguia entender o que era que estava acontecendo.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Esse é um ponto relevante, porque afeta a mim, ao Deputado Marcel e ao Deputado Zé Trovão, e não decorre da minha atipicidade; decorre do senso comum. Pelas imagens, volto a falar, nós estávamos praticamente imobilizados, voltados para frente, cercados de colegas, a ponto de que não dava nem para se mexer ali, e com uma vista muito menos privilegiada do que a da senhora. E a senhora confirma que, mesmo enxergando de forma



panorâmica todo o cenário, mesmo acompanhando todo o deslinde com muito mais tranquilidade do que nós, que estávamos ali no olho do furacão, não era possível compreender, como pessoa neurotípica, o deslinde do evento? Isso eu quero que fique bem pontuado, caso a senhora se sinta à vontade de responder.

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Não, não tinha como entender o que era, o que foi que houve e não tinha como entender, assim, por que era que ele estava chegando sem que as pessoas tivessem desocupado a mesa ali. Então, ficou, restou esse questionamento. E outra: quando a gente viu, ele já estava lá em cima, ele já estava em cima daquela área onde fica a mesa. A gente não viu ele chegando. Provavelmente, ele deve ter chegado ali pela sala dele, a sala da Presidência, que vem pela lateral. Então, assim, se ele tivesse vindo de frente talvez se enxergaria que seria o Presidente Hugo Motta que estaria chegando ali. Mas eu acredito que ele tenha vindo pela lateral e tenha subido aquela escadinha ali. Quando todo mundo que estava ao meu redor percebeu, já percebeu o Hugo Motta lá em cima daquele espaço, e vários outros Deputados circulavam ele como se pedissem informação. Então, assim, não só eu que estava vendo, mas os Deputados que estavam ali ao redor dele estavam também querendo entender o que estava acontecendo.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Doutora, era fisicamente possível que, na posição que eu e o Deputado Marcel estávamos, visualizássemos a presença do Presidente atrás da gente ali, na nossa retaguarda? Porque não havia espaço para estar imediatamente atrás de nós. Então, ele... Pelas imagens que eu vi, havia um tumulto. E confesso que nem nas imagens eu não consegui identificar onde o Presidente estava. Eu preciso ver de novo com cautela. Mas eu pergunto à senhora: da posição que a senhora estava, e vendo nós dois sentados ali na frente, era materialmente possível que nós visualizássemos que o Presidente estava ali?

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Não era, não era, não tinha como. É impossível. Posso até afirmar com veemência que era impossível, na situação que vocês estavam, ver que o Presidente Hugo Motta estava ali.



O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Certo. Eu me recordo, doutora, que, quando eu me levantei, eu ainda assim não visualizei o Presidente, porque eu saí pela lateral e desci dali, porque, uma vez que me foi comunicado que o nosso ato tinha tido fim, não tinha razão por que eu permanecer ali, uma vez que o meu objetivo, reitero, era exclusivamente lutar pela anistia dos presos políticos que, infelizmente, jazem nas masmorras do Supremo até hoje. Eu quero perguntar para a senhora se a senhora viu esse deslocamento que eu fiz e, na sequência, se a senhora viu, se a senhora se recorda do Presidente ter me abordado nesse processo, seja antes ou depois. Porque me foi mencionado por alguns colegas que o fato de nós estarmos aqui destacados é porque nós diretamente obstaculizamos o acesso do Presidente, ou seja, o Deputado Zé Trovão porque, em tese, teria impedido ele de subir a rampa para acessar a mesa, coisa que pela imagem não aconteceu, mas, ainda assim, o Deputado Zé teve contato direto com o Presidente, e supostamente o Presidente teria buscado ocupar a cadeira e tentado me tirar da cadeira, e eu havia me recusado diretamente a ele. Foi isso que eu ouvi. Eu queria perguntar para a senhora se a senhora se lembra desse deslinde e o que a senhora viu.

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Não, isso não aconteceu. O que eu vi foi um outro Deputado, que eu não me recordo quem era neste momento, falar ao seu ouvido alguma coisa, o Marcel ouvir também, e vocês se levantarem e saírem. Não foi o Presidente Hugo Motta que fez isso, não. Quando o Presidente Hugo Motta chegou...

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Eu sequer encontrei com o Presidente.

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Isso. Quando o Presidente Hugo Motta chegou à cadeira dele, ela já estava vazia, já não havia mais ninguém sentado à cadeira.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Doutora, como eu disse à senhora, existe, supostamente, um... Eu digo à senhora, respeitosamente até, que é um boato, porque eu não vi nenhuma exatidão pública dessa afirmação, de que eu



teria impedido o retorno da normalidade da sessão. Veja, é como se eu, individualmente, tivesse impactado no retorno da sessão. E aí eu pergunto à senhora: quando eu me levantei, a sessão foi retomada imediatamente ou houve um lapso temporal? Porque do que eu me recordo, quando começou a sessão, nem dentro do plenário eu não estava mais. Então, se a senhora pudesse me elucidar, porque eu, efetivamente, não estava lá e eu não vi. E não busquei nas imagens ainda, eu vou deixar para fazer isso esta semana para poder entender o que está acontecendo. Então, se a senhora puder elucidar, seria muito válido.

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Como eu afirmei, como eu afirmei, existiam várias pessoas entre a cadeira do Presidente Hugo e onde ele estava. Então, assim, esse trânsito dele até lá não foi um trânsito assim de "chegou e sentou". Não. A cadeira foi desocupada. Quando ele chegou, a cadeira já estava desocupada, ele sentou, ele ainda estava falando com outras pessoas, ele sentou à cadeira e depois que ele abriu a sessão. Então, assim, teve um lapsozinho temporal aí, não foi imediatamente, não. Não foi ele que estava ao seu lado e sentou assim que o senhor levantou. Não foi desse jeito.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Então, pelo que a senhora se recorda, eu reitero que eu vou procurar isso nas imagens, não há espaço para dizer que a minha presença ali obstaculizou o início da sessão 1 segundo a mais do que se eu não estivesse.

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Não há.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Pois muito bem.

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Não tem como.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Eu pergunto à senhora, porque, efetivamente, eu não vi, eu já tinha saído dali, mas eu me recordo que, quando eu levantei, os demais integrantes da Mesa, em especial o Secretário da Mesa, não se fazia presente. E, a não ser que ele tenha se materializado ou dado um jeito de surgir ali muito rápido, durante o meu deslocamento eu não vi ele sequer ali no meio do pessoal. E eu sei que a sessão só começou depois que ele tomou lugar no seu



assento, que, no caso era a cadeira, salvo engano, que o Deputado Marcel estava. Então, eu pergunto à senhora: depois que eu saí — eu ouvi dizer até que levou mais de 5 minutos para ele comparecer —, mas, depois que eu saí, ele já estava imediatamente lá ou efetivamente o Presidente tomou lugar no seu assento e aguardou a composição da Mesa por alguns minutos, que eu, reitero, vou olhar na imagem depois e somá-los?

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - É, eu não me recordo bem da chegada dele, mas eu me recordo que o Presidente Hugo Motta sentou sozinho ali à mesa. Aí, esse posterior não me chamou muito a atenção. Por isso, eu não recordo. Mas ele sentou à mesa e demorou alguns minutos, sim, para começar a sessão.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - A senhora conseguiu vê-lo passando pelo Zé Trovão ou, quando viu, ele já estava lá em cima?

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Não consegui vê-lo passando pelo Zé Trovão. Quando vi, já estava lá em cima. Quando todos que estavam ao meu redor perceberam a presença do Presidente Hugo Motta, ele já estava lá em cima.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Ele já estava lá em cima. Perfeito, perfeito. Então, reitero que, como a senhora está numa posição melhor que a minha, podemos dizer que é materialmente impossível que qualquer um que estivesse ali à mesa tivesse a consciência de que o Presidente se fazia presente e o dolo direto de impedi-lo de exercer o seu trabalho, especificamente, como uma conduta personalíssima. Procede?

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Com toda a certeza absoluta. Com toda a certeza. É até redundante, mas com toda a certeza.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Obrigado, doutora. Bom, a estrutura de toda a minha tese de defesa, que agora eu vou iniciar indagando a senhora.... E, de todas as testemunhas, não tem ninguém melhor do que a senhora para estar aqui nesse momento, porque todas as testemunhas que eu arrolei que foram indeferidas tinham como escopo exclusivo demonstrar a justa causa do ato que me levou a



participar do referido fato e a dissonância e desproporcionalidade da presente representação, tendo em vista que isso pode ser atestado inclusive com os membros dessa Comissão, da qual eu fui titular desde o começo desta Legislatura. E, como disse, dá para perguntar até para o Chico Alencar, que não está aqui... Veja, o Chico Alencar é da extrema esquerda. A assessoria dessa Presidência sabe, porque acompanha o meu trabalho, que os embates mais duros que acontecem aqui nessa Comissão são sempre comigo e com o Chico: ou ele defendendo e eu fazendo as imputações, ou o oposto. E todos os colegas que participam dessa Comissão junto comigo podem atestar que — como eu não posso colocar testemunha nova, mas isso é fato notório, então eu peço que conste nos autos como fato notório, porque o Relator pode aferir isso com o Presidente, com a assessoria ou com os colegas que trabalham aqui — em momento algum, eu faltei com o respeito com nenhum membro dessa Casa — não só dessa Comissão; dessa Casa. Se os senhores buscarem em todos os Anais registros, notas taquigráficas de toda essa legislatura — toda —, em todas as Comissões, em todas as sessões de Plenário — todas, sem exceção —, V.Exas. não vão encontrar sequer um bate-boca meu com qualquer um que seja, inclusive os mais radicais da Esquerda. Se os senhores perguntarem para a Assessoria da Mesa, eles podem confirmar que, todas as vezes, sem exceção, por mais acalorada que fosse a reunião dessa Comissão, eu exarava os meus excertos, as minhas comunicações, proferia os meus votos, ou registrava os meus votos — ela pode confirmar isso e ele também, porque é fato notório —, extinta a minha participação regimental como membro titular desta Comissão, todas as vezes, sem exceção, eu me levantava e ia embora. Eu nunca fiquei num barraco aqui, nem nesta, nem em nenhuma Comissão, não é verdade? É fato notório! Eu não preciso de testemunha para provar isso. É fato notório. Nunca me exaltei com um colega aqui, independente do espectro ideológico. Inclusive, eu acho que não me chamam para entrevista e debate porque eu não crio polêmica, eu trato todo mundo com respeito. O pessoal fala: *"Como você faz para conviver com o pessoal da Esquerda lá?"* Eu pego e tenho uma resposta típica, e o pessoal



nem me pergunta mais e até duvidam, muitas vezes, da minha firmeza ideológica por conta da minha urbanidade. E eu lamento muito que as pessoas confundam as coisas, porque a pessoa de esquerda, eu discordo de absolutamente de tudo em que ela acredita, mas ali tem uma criatura de Deus. Então, como cristão, eu posso odiar a sua conduta, mas devo respeitar o ser humano que está ali. Aí, Presidente, eu faço uma resposta que é sempre a seguinte: *"Como você lida com essas pessoas?"* Eu falo: *"Eu tenho um truque. Se é antes do almoço, eu começo com um bom-dia; se é depois do almoço, eu começo com um boa-tarde; se é de noite, eu começo com um boa-noite"*. Eu queria perguntar para a senhora, porque essa é a minha tese de defesa... Durante 3 anos, eu mantive o mais absoluto decoro — o mais absoluto decoro. Nunca sequer joguei um papel de bala no chão desta Casa, porque, antes de ser Parlamentar, eu sou advogado, fui membro do conselho de ética da OAB, fui conselheiro seccional, e, se existe uma coisa que a gente aprende a respeitar na OAB, é a pluralidade de pensamento e o respeito às instituições e ao decoro. Infelizmente, hoje, a OAB não está mais tão combativa quanto já foi, mas, enfim, esse é assunto para outra história. Então, pergunto à senhora: a senhora conhece algum preso do dia 8 de janeiro?

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Vários. Como eu disse numa das sessões aqui, eu sou advogada da Associação dos Familiares e Vítimas do 8 de Janeiro. Então, conheço vários deles, de todos os Estados, inclusive.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - A senhora conheceu o falecido Dr. Luiz, que era advogado de algumas dessas pessoas?

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Sim, conheci.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - A senhora conheceu o Dr. Júnior, que é advogado de algumas dessas pessoas?

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Sim, conheci.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - A senhora tomou conhecimento de que, na primeira semana em que essas pessoas foram encarceradas, eu me dirigi pessoalmente à Papuda e à Colmeia, ocasião em que eu fui proibido de ingressar



como Parlamentar, e o fiz na condição de advogado, acompanhado pelo Dr. Luiz? A senhora tem conhecimento desse fato?

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Tenho conhecimento. E não tenho conhecimento só desse fato, mas tenho conhecimento também da atuação do Deputado na defesa dessas pessoas, seja através do Parlamento, seja de outras formas. O senhor sempre foi muito empático e é muito empático com a situação dessas pessoas, e eu acredito que seja também pelo seu conhecimento jurídico.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - É, doutora. Realmente, é muito complicado você ver como esse processo do 8 de Janeiro se desnudou, porque, em 2003 e 2004, ou seja, mais de 20 anos atrás, eu comecei a lecionar Processo Civil, e, olha que interessante, o foco da dissertação de conclusão de curso da minha pós-graduação e da minha cátedra por mais de 20 anos foi exclusivamente o devido processo legal. E nós que conhecemos a função do Direito na formação da sociedade sabemos que a destruição da democracia passa pela destruição do devido processo legal. Então, eu preciso que conste nesses autos o grau de envolvimento que eu tive com essas pessoas, porque essa é condição *sine qua non* para se fazer entenderem aqueles que têm o mínimo de humanidade por que alguns de nós se excederam. E, veja, nós simplesmente ocupamos pacificamente, sem nenhum ato de violência, pela primeira vez, um ato que já foi useiro e vezeiro feito pela Esquerda, com violência, com agressão, e nenhum deles experimentou o que nós estamos experimentando aqui. Então, eu pergunto à senhora... E vou ser bem específico nessas perguntas, porque, até o ano passado, se eu não estou enganado, quando o Dr. Luiz me encontrou casualmente num posto de gasolina e fez um vídeo publicizando a minha atuação em defesa dessas pessoas — não a de Parlamentar, mas como advogado e, antes disso, como ser humano —, eu não publicizei isso para absolutamente ninguém. Sequer minha esposa sabia da minha atuação. O engraçado é que, depois que isso foi publicizado, doutora, ela falou: "*Ah agora, eu entendi por que suas roupas sumiram!*" Então, vou fazer algumas perguntas específicas que eu sei que a senhora tomou conhecimento, mas para



que fique constando nesses autos que nenhum ser humano normal, gozando de suas faculdades mentais, suportaria, calado, tamanha injustiça, principalmente aqueles que juraram defender a Justiça. Então, pergunto à senhora: a senhora tem conhecimento de que eu fui, mais de uma vez, a ambas as carceragens e falei pessoalmente com essas pessoas e com a família delas e as conhecia pessoalmente? Não eram números, não eram fotos, não eram nomes; são pessoas que eu vi, eu conheço, que poderiam ser o meu pai, poderiam ser o meu irmão, poderiam ser a minha esposa, poderiam ser qualquer um dos meus filhos, outros, até meus amigos que foram recolhidos. A senhora tem conhecimento disso?

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Tenho conhecimento e até digo que somos muito gratos pela sua atuação. Essa semana, o senhor encontrou com uma cliente minha em uma borracharia, e ela me mandou uma foto.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Foi. Eu estava em São Paulo, participando da Caminhada Cristã pela Justiça e Democracia, em prol da anistia. Veja, lá em São Paulo, eu fui reconhecido por essa atuação. Agradeço a atuação magistral e corajosa da senhora diante de um poder tão nefasto. Mas volto a perguntar à senhora: a senhora tem conhecimento de que essas pessoas, quando foram soltas, foram despejadas no extremo do Plano Piloto, que eu não sei como se chama — tem até uma sigla; fica lá na ponta —, sem conhecerem Brasília, sem suporte, sem nada, com uniforme de presidiário? Simplesmente foram despejadas ali, igual quem despeja algo inservível. A senhora tem conhecimento disso?

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Tenho conhecimento e tenho conhecimento do seu apoio a essas pessoas também, quando elas foram soltas.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Eu queria que a senhora descrevesse para quem não conhece Brasília onde fica esse lugar, quais são os meios de sair dali sem dinheiro, sem tíquete de passagem, sem possibilidade de pegar sequer um ônibus, sem absolutamente nada, sem nem roupa, com a obrigação de se apresentar em 24 horas na delegacia de polícia da sua cidade de origem. Eu queria que a senhora descrevesse onde é, como é e se isso é possível.



A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Assim, a pessoa, quando é entregue ali no Cime, que coloca a tornoeleira, ela fica perdida. Se para a gente... Eu morei em Brasília 7 anos e me mudei agora de volta para o Ceará. A gente fica meio perdido para onde é que vai, onde é o aeroporto. Se for para a rodoviária, são quilômetros de distância.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Sim.

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - E eles talvez não soubessem chegar até lá. Assim, realmente é uma situação meio que...

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Bizarra, né?

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - ...como você estar no meio do deserto.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Agora, o mais peculiar é o seguinte: essas pessoas eram devolvidas à rua sem celular, sem dinheiro e sem que os parentes fossem avisados, tanto que eu quero perguntar à senhora se a senhora se recorda que eu procurei todos os advogados que estavam trabalhando, inclusive a senhora, e pedia para o meu Gabinete entrar em contato, pedia para todo mundo cuidar para que, quando alguém do meu Estado fosse despejado lá, eu fosse imediatamente avisado. A senhora se recorda disso?

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Sim, eu me recordo. Inclusive, o senhor pedia que acompanhasse a colocada da tornoeleira para saber se essas pessoas teriam onde dormir ou teriam como ir embora para as suas casas. E isso daí foi de grande valia para vários deles.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Sr. Relator, vou me dirigir ao senhor porque eu quero, e lhe peço, que isso conste dos autos — não do seu relatório, porque o senhor tem a liberdade total de fazê-lo como entender melhor, mas das notas taquigráficas desta reunião.

A doutora deve se lembrar — e, se se lembrar, eu peço que fale depois — que eu instei todos os advogados envolvidos, porque, quando despejavam alguém do meu Estado lá, ou alguém da minha equipe, ou eu, pessoalmente, nós nos



direcionávamos até lá, ficávamos esperando a pessoa sair, encontrávamos a pessoa completamente perdida, e eu levei todos os que eu encontrei para a minha casa, onde eles puderam tomar um banho, vestir roupas minimamente adequadas, para não viajarem fantasiados de presidiários, se alimentarem. Eu até ofereci para alguns que dormissem lá. Os que puderam ir de avião... No momento, quando começou, ainda tinha condição de comprar passagem de avião para todos, mas depois, como o volume aumentou muito, eu mandei os demais de ônibus. Mas se a senhora se recorda desse evento ou se teve notícia desse evento.

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Eu tive notícia desse evento. Hoje, é até difícil a gente falar sobre isso porque a gente fica até com medo...

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Com medo de ser preso.

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - É, medo de algum tipo de retaliação, não da minha parte, porque eu tenho trabalhado nesses processos desde o dia 8, não quanto a mim, mas quanto ao senhor mesmo, que já está sofrendo essa perseguição só em estar aí nessa situação, como réu nesse processo. Mas o que a gente tinha notícia é que o senhor recebia pessoalmente essas pessoas ou, através da sua assessoria, dava abrigo, dava comida e dava a sua própria roupa para eles. Isso, para a gente, é de um agradecimento que a gente tem por esses fatos, porque a pessoa tirar a sua própria roupa e dar para uma pessoa necessitada, eu acho que é uma das maiores caridades que a gente pode fazer. E o senhor fez pelo seu povo, pelo povo da sua terra, e isso é muito bonito.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Doutora, eu só quero consignar que, por mais de 1 ano, isso foi mantido em absoluto sigilo, não por medo de retaliação, porque nós, que vivemos num regime de exceção, não existe mais devido processo legal em algumas instâncias. Qualquer um de nós Parlamentares da Oposição pode amanhã ser preso por qualquer desculpa. E olhem que desculpa boa: deu abrigo aos presos do 8 de janeiro, bota na cadeia. Nós temos um Parlamentar que foi preso em exercício do mandato porque fez um discurso e gravou no YouTube na sua casa, e criaram um flagrante perpétuo. Então, eu não mantive o anonimato por medo de



retaliação, porque eu nunca fui muito bom em ter medo; muito pelo contrário. Eu mantive o anonimato porque eu fui ensinado na minha formação cristã que o que é feito com sinceridade pela mão direita não pode ser dado conhecimento à mão esquerda e, repito, nem minha esposa sabia. Então, eu quero deixar bem claro que eu estou pontuando e publicizando cada um desses pontos aqui porque compõem o cerne da minha defesa.

Eu vou lhe fazer mais algumas perguntas, Sra. Carolina, mas eu queria, respeitosamente, antes me dirigir ao Exmo. Sr. Relator.

Sr. Relator, o Estado de V.Exa. é um dos mais bonitos do Brasil. E V.Exa. sabe o que há de mais bonito no Ceará, um dos meus Estados preferidos também? É o povo de lá. Eu costumo dizer que aquele é um dos lugares a que eu mais gosto de ir, inclusive a Sobral, que é a cidade de V.Exa. e é muito bonita, porque o cearense, se vir alguém com frio, tira a roupa do corpo para dar a essa pessoa.

Numa ocasião, eu estava em um evento lá em Fortaleza. Eu tinha começado uma série de eventos na terra do Padre Cícero. Passei por Quixadá, Quixeramobim. E um rapaz se deslocou de Quixeramobim para me encontrar lá, para demonstrar esse carinho.

Trata-se de um povo muito puro, muito humilde, muito simples, muito bom de coração. Esse cerne é inerente a todo cearense, então, certamente compõe a constituição de V.Exa., que é muito querido lá e não deve ser à toa.

Faço uma pergunta retórica, só para que V.Exa. medite sobre ela. Com essa capacidade de empatia que o seu povo tem, e certamente V.Exa. também, V.Exa. acha que seria humanamente possível alguém que conhecesse as pessoas que estão sofrendo essas agruras, tivesse mantido total respeito, equilíbrio e postura durante todos esses anos enquanto essas pessoas sofrem na cadeia e simplesmente visse frustrada qualquer possibilidade de ajudá-los não aderir a um ato que foi organizado por todos os Parlamentares da Oposição? Só existiria um jeito de eu não estar aqui: era, simplesmente, no dia em que meus colegas todos ocuparam o plenário, eu não ter ido. Acha que seria possível que um ser humano,



no gozo perfeito de suas atribuições mentais, com um pingo de humanidade no coração, simplesmente se abstinhasse naquele momento? Tenho uma pergunta retórica. E eu pergunto à senhora, doutora, se tomou conhecimento de abusos que ocorreram na Papuda e na Colmeia. Se a senhora tomou conhecimento, de quais? Eu vou perguntar à senhora depois se a senhora tomou conhecimento dos abusos que eu vi.

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Então, dos mais diversos abusos. Eu posso mencionar os da Colmeia, onde 132 mulheres dividiam o mesmo banheiro com uma única pia, tanto para lavar os utensílios que elas comiam, como para lavar as roupas, peças íntimas, etc., como toda a questão de devido processo legal. Na questão do masculino, havia comida que vinha estragada. E isso aí é uma coisa que acontece já diariamente, porque a chamada xêpa chega de manhã para ser servida ao longo do dia. Então, aquela comida que chega quente fica ali armazenada sem refrigeração, o que faz com que ela fique realmente estragada. Aconteceu o fato de encontrarem até um pedaço de rato dentro de uma das marmitas...

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Isso.

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - ...um pedaço de vidro, etc. Faltaram ali, no início, produtos de higiene básica, principalmente para as mulheres. Até as roupas íntimas elas tinham que revezar para que aquelas mulheres que estavam em período menstrual as usassem para poderem usar absorventes. As outras ficavam sem enquanto as outras estavam no período. Então, foram os maiores níveis de aberração possíveis. E, dentre eles, temos também o caso de dois autistas que ficaram presos por muitos meses e foram ignorados pelo sistema carcerário e pelo sistema também do Ministro Alexandre Moraes.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - E tivemos também o caso do Clezão, que, mesmo com o parecer do Ministério Público pela sua soltura por conta do quadro de saúde, teve o pleito ignorado pelo magistrado, culminando na sua morte. Então, o nível de tortura...



A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Exatamente. E, como ele, existem outros também que passam por problemas de saúde e são negligenciados.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Sim, que passam por comorbidades e são ignorados. Doutora, para deixar claro, a senhora tem conhecimento de que, ao longo de todo esse período, eu participei ativamente na defesa, seja como Parlamentar, seja como advogado, seja como cidadão e, muitas vezes, conversando diretamente com essas pessoas ao longo de todos esses anos ou a minha participação foi uma vez e nada mais? Para ficar claro...

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Não, eu tenho conhecimento da sua participação desde o início, da sua defesa dessas pessoas desde que tudo começou.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Sr. Relator, eu queria pontuar: são pessoas com quem eu convivo, e vejo o sofrimento, há praticamente 3 anos, de perto. E queria perguntar para a doutora se a senhora ficou sabendo que na Colmeia muitas mulheres tiveram a sua regra, o seu ciclo completamente sem absorvente e sofriam insultos jocosos por alguns membros do sistema. Outro fato de que eu me recordo é que quando eu abordei uma das presas que nunca tinha devolvido um troco errado, nunca tinha cometido crime algum, sequer adentrou os prédios naquele dia — ela foi presa lá no acampamento, por absolutamente nada —, ela relatou que, quando ela estava menstruada, foi colocada numa sala, numa cela, sem acolchoado, sem nada, de puro cimento, suja, durante a sua regra. Jogaram água gelada nela, espancaram ela, e ela, ensanguentada por causa da regra, ainda tinha que ouvir de uma das agentes de segurança: *"Cadê o mito para vir te tirar daqui agora?"* O que foi mais marcante para mim foi que ela, ao me relatar isso, em companhia de outras três detentas do meu Estado — na hora em que esse pesadelo acabar e a democracia for restituída ao Brasil, porque até na Venezuela passou a anistia, então uma hora vai chegar a liberdade, vai voltar a raiar neste País, nós iremos atrás desses criminosos —, mas o que mais me dilacerou naquele momento foi ela, lógico, muito emocionada para relatar o que aconteceu, muito transtornada,



em pânico evidente, implorar para mim para que eu não falasse isso para ninguém, para que eu não buscasse ajudá-la de nenhuma maneira, porque, enquanto ela estivesse ali, ela seria espancada e torturada novamente. A senhora tem notícia de fatos como esse na Colmeia?

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - A gente tem notícia de várias situações na Colmeia de questão de medicamento, de pessoas que ficaram vários dias sem poder tirar a lente de contato dos olhos, porque não tinha produto, os produtos não chegavam etc. E a gente tem notícia que havia agentes que eram esquerdistas, que estavam lá fazendo esse tipo de situação com as presas, mas que, depois de uma reunião com a diretoria, fizeram essa separação das policiais que atuavam ali junto a essas presas com outras policiais que atuavam com outros grupos. Inclusive, um dos fatos marcantes ali, naquela situação, foi que colocaram as presas trans em uma ala bem maior do que as presas que eram do 8 de Janeiro, porque o Ministério Público foi lá e disse que elas precisavam ter o mínimo de conforto. Enquanto a gente tinha cerca de duzentas mulheres amontoadas em uma ala, seis trans estavam em uma ala muito maior, porque precisavam de conforto, e as pessoas do 8 de Janeiro, não. Então, houve essas questões internas que foram muito difíceis também para essas mulheres.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Eu queria deixar claro que não são agentes prisionais ou policiais penais que fizeram isso; são criminosos, são torturadores. E, repito, quando a democracia voltar a este País, nós vamos apurar esses crimes. Um dia nós ainda vamos apurar esses crimes. Essas seis pessoas que foram endereçadas para uma ala maior, separada delas, eram crimes comuns?

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Eram crimes comuns.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - E pessoas que simplesmente por estarem no acampamento ou por estarem aqui no gramado, porque poucas mulheres ingressaram nos prédios, ou ainda por terem riscado de batom uma estátua, eram mantidas em condições sub-humanas, porque pessoas que



praticaram crimes violentos, graves, precisavam de conforto. É isso o que a gente viu acontecer?

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Exatamente, é isso o que a gente viu acontecer.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Doutora, vou lhe perguntar agora sobre a Papuda. Eu vi alguns eventos, recebi inúmeras denúncias, e queria que a senhora confirmasse também, se chegou ao conhecimento da senhora, para que fique claro o grau de envolvimento que alguns Parlamentares e alguns advogados têm com essas pessoas, para que entendam que não é o mero mister da função, mas envolve empatia e humanidade. Havia marmita com fezes de pessoas e de ratos, havia marmita com urina, havia marmita com rato, havia marmita com caco de vidro?

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Havia.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Fezes de pessoas. Alguém se prestou a abrir uma marmita, porque eram pessoas do 8 de Janeiro, e defecar dentro de uma marmita antes de entregar para as pessoas. E na outra ocasião urinar, e na outra, colocar um rato, e na outra, fezes de rato, e na outra, caco de vidro A senhora também tomou conhecimento disso?

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Tomei conhecimento, sim.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Houve, além de omissões em relação a medicamentos, tratamentos médicos, violência psicológica, xingamentos, achincalhamentos, ameaça de colocar essas pessoas com pessoas de alta periculosidade, doutora?

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Sim.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Mais uma vez, eu quero que conste, para que posteriormente eu possa buscar isto aqui nas notas taquigráficas, que os colegas Parlamentares entendam o senso de urgência que nós temos até hoje para tirar essas pessoas do cárcere, porque elas têm risco real de vir a óbito, tanto que o Clezão morreu nessas condições. E esses fatos que nós estamos relatando, até



onde eu sei, podem não estar acontecendo à luz do dia, como aconteciam no começo, mas pontualmente se repetem, tanto que, ano passado, nós recebemos uma denúncia de uma senhora idosa que foi espancada no cárcere. A senhora tem conhecimento disso?

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Tenho conhecimento. Inclusive, existem outras pessoas, porque, na verdade, essa senhora foi a que chegou à mídia. Mas existem outras pessoas passando pela mesma situação em outros Estados, e que essas pessoas pedem que não seja divulgado exatamente para não apanharem mais.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Para não apanharem mais. Só para deixar claro de onde vem o nosso senso de urgência na luta pelo desencarceramento dessas pessoas, porque são pessoas que não cometeram crime algum, que, assim como eu neste momento, sequer tiveram sua conduta individualizada. Foram processadas, julgadas e condenadas sem sequer saber o que lhes foi imputado, qual o fato. Eu li uma condenação, que aconteceu no ano passado, de uma mãe de seis filhos, e quando você vai ler o fato — por isso eu repiso tanto a individualização da conduta —, estava assim, entre aspas: *"Vê-se que, de um vídeo que ela gravou do gramado da Esplanada, ela criticou o Supremo e falou mal da Anitta"*. São 17 anos de prisão porque ela falou mal da Anitta do gramado da Esplanada. E essa pessoa foi espancada, foi torturada, foi alijada do convívio dos seus filhos. Para quem nos escuta Brasil afora, alijada é afastada, impedida do convívio dos seus filhos por absolutamente nada. E ainda existem centenas de pessoas nessa condição. A senhora teve notícia, no presídio masculino, da ameaça de colocá-los com presidiários de alta periculosidade, espancamentos, xingamentos e outros tipos de violência, doutora?

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Sim, sim. Tive notícia, sim.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Agora eu vou relatar para a senhora — e, caso a senhora tenha conhecimento, confirme — de uma presa do meu Estado, de Mato Grosso do Sul, que nem aqui estava. O nome dela é Soraia. Ela é uma



pessoa humilde, intérprete de Libras, e, porque, exclusivamente, ela recebeu algo em torno de 500 reais no seu Pix pessoal para comprar marmita, ou comida, ou sei lá o quê, para as pessoas que estavam acampadas na frente do quartel, ela ficou mais de 1 ano presa em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Eu a conheço desde antes de 2012, desde o começo das manifestações pelo *impeachment* da Dilma, e sempre foi uma pessoa humilde, simples e, principalmente, ordeira; nunca cometeu um crime. E foi conduzida ao cárcere porque, em última análise, recebeu um Pix de algo em torno de 500 reais, para comprar, sei lá, comida, alguma coisa. E essa pessoa trabalhou em campanhas de várias pessoas, envolveu-se politicamente ajudando várias pessoas. Infelizmente, não tive o privilégio de tê-la na minha campanha porque ela já tinha outros compromissos, mas, em 1 ano, a senhora sabe quantos políticos a visitaram para ver a situação em que ela estava lá no meu Estado? Nenhum. Eu sei porque eu a acompanhei desde o começo. A medicação que ela toma supera 1.300 reais. Eu posso citar os centavos, porque... E digo mais uma vez, não publicizo isto, porque a minha ideia era que isso jamais fosse publicizado, mas isto é importante que conste na minha defesa. Eu sei os centavos porque sou eu, até hoje, que compro a medicação. Ela foi espancada, ela foi torturada, ela foi colocada com presas de alta periculosidade e outras atrocidades que eu não vou falar aqui para preservar sua integridade moral. Vive hoje em pânico, sem poder sequer ir à missa porque não pode sair de casa. Eu tentei contratá-la no meu gabinete para que ela tivesse o mínimo de dignidade, e eu tinha o interesse, tenho ainda, de ter um intérprete de Libras trabalhando comigo. Por conta das regras da Casa, uma pessoa que está respondendo criminalmente não pode ser contratada. Ela ficou por mais de 1 ano presa, sendo torturada. Quando saiu com a torção de tornozelo, não podia trabalhar, não podia fazer nada, vivendo em pânico, com medo de voltar para aquele inferno, sem motivo algum. Hoje, ela passou em um concurso como professora, e nós não sabemos se ela vai conseguir tomar posse, porque ela recebeu algo em torno de 500 reais de Pix num acampamento, lá em Mato Grosso do Sul, de pessoas que cometeram o crime mais



bárbaro do Brasil. Num país onde milhões são destinados a Ministros em contratos escusos, para ser mais exato, 129, *resorts* são dados de presente a outros Ministros, um Ministro da Justiça em exercício recebe alguns milhões de um sujeito implicado no maior escândalo financeiro, prendeu-se uma professora simples e humilde, porque ela recebeu alguns Pix que, somados, não dão 500 reais para comprar marmita. Essa mulher foi por mais de 1 ano encarcerada, torturada, abandonada e ultrajada. E hoje vive em pânico, sem que nós possamos saber se ela vai poder pelo menos tomar posse no concurso em que ela passou. Sr. Presidente, o senhor, que atuou como delegado de polícia, já viu as dores da população brasileira em face da violência. O senhor sabe o que é uma pessoa desesperada, presa injustamente, olhar para você toda semana e falar assim: *"Pollon, só me avisa se eu vou voltar para lá, porque eu prefiro morrer do que voltar para aquele inferno"*. Todas as semanas eu mantenho contato, pedindo, pelo amor de Deus, para essa moça não se matar. A senhora tem conhecimento de fatos similares a este, ou talvez até este em específico?

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Tenho, Deputado. Tenho, sim. Na verdade, de toda essa situação pela qual essas pessoas estão passando, como o senhor bem relatou, estão passando por vulnerabilidade financeira, não encontram emprego, várias delas hoje se encontram em prisão domiciliar integral, como o esposo da senhora que o senhor encontrou esses dias. Essas pessoas não podem trabalhar pelo próprio sustento, e muitas delas entram em depressão. Já tivemos casos de suicídio concretos que a família não quer que relate.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Que se divulgue.

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - E tivemos um caso também que foi muito emblemático, agora, recente, de um policial federal que estava de tornozeleira eletrônica, estava com um tumor no cérebro, e foi chamado para uma audiência. O advogado explicou que ele estava em estado terminal. A juíza do Ministro Alexandre de Moraes perguntou quando ele ia receber alta para poder remarcar essa audiência dele. E, poucos dias depois, ele faleceu. O salário dele só foi



desbloqueado 2 dias antes do falecimento. Então, ele passou por uma situação de hipervulnerabilidade no tratamento médico dele, sem nenhuma dignidade. Esse tumor no cérebro ele adquiriu após a prisão. Então, são vários relatos que a gente tem de casos extremos, não só de questões de vulnerabilidade financeira dessas pessoas, que estão passando necessidade, porque estão com seus bens bloqueados; muitas delas, não só ela pessoalmente, mas o cônjuge, o esposo ou a esposa também estão com os bens bloqueados, mesmo sem responder a nenhum processo no STF, mas o Ministro bloqueia. É engraçado que esse mesmo Ministro é o que reclama quando a esposa dele foi sancionada por uma lei internacional, porque ele diz que a esposa dele não tem nada a ver com os atos dele. Mas, para fazer isso, ele faz com a maior tranquilidade do mundo, sem que ninguém fale nada. E essas pessoas entram em situação de sofrimento mental muito grande, é um adoecimento mental mesmo, por conta de tudo isso que estão passando. Temos casos de pai e mãe que estão presos os dois, e os filhos estão sob o cuidado de outras pessoas; pessoas doentes; pessoas com problemas mentais graves que estão presas e não conseguem acesso à saúde, a medicamento. São os mais variados casos. Só quem convive, como o senhor — e vejo que a Deputada Julia está aí do seu lado, e ela sabe de vários outros casos como esse —, só quem convive e ouve diariamente a dor dessas famílias sabe do que a gente está falando e sabe o porquê do sacrifício que a gente faz por elas.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Eu ousou dizer para a senhora — talvez isso possa até prejudicar a condução da minha defesa, mas é importante deixar claro, em vista das atrocidades que nós presenciamos —, eu digo à senhora: a minha atuação neste Parlamento, envolvendo não só este processo, mas outro, por conta de um discurso mais severo que eu fiz fora daqui, lá no meu Estado, e outros posicionamentos que eu tenho tido dentro e fora desta Casa, em vista da gravidade e da aberração que nós estamos vivendo, eu tenho vergonha da minha atuação. Eu me sinto píffio dentro desse processo. Eu vou falar uma coisa para a senhora, doutora. Eu só tenho um receio no curso do meu mandato: que um dia meu pai



tenha vergonha de olhar na minha cara, porque num momento de crise eu me acovardei ou eu me omiti — coisa que eu não vou fazer —, ou que o meu filho tenha vergonha de olhar para o pai dele, porque covardia e omissão nunca foram traços do meu caráter. Eu pergunto à senhora: a senhora se recorda qual foi o fato imputado a esse policial que faleceu recentemente?

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Tentativa de golpe de Estado.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - O fato específico? Ou simplesmente não se atribuiu fato algum? Porque, veja, em muitos dos processos — olhe quão absurdo, Sr. Relator! —, sequer descreveram o fato.

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Não descrevem...

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Em alguns é: fulano pegou uma bola, beltrano quebrou uma vidraça, fulana fez um vídeo não sei onde. Aquela professora que eu citei recebeu a fortuna de quase 500 reais, mas alguns sequer tiveram conhecimento do fato. Então, nem fato imputado houve.

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Deputado, o que acontece?

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Porque imputaram só um tipo...

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - O que acontece? Eu vou explicar para que as pessoas entendam. A sentença dessas pessoas, a sentença delas são todas iguais. Só muda o tempo ali, seja de 11 anos a 17 anos. Elas são tão iguais.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Em algumas — se a senhora me permite —, eles trocam o nome no curso da sentença.

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Exato, isso...

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Começam citando o nome de uma pessoa, e é um "copia e cola" tão mal feito que eles trocam o nome no curso da decisão.

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - É, eles não sabem usar a lupinha...

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Mas, por favor, continue.

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Eles não sabem usar a lupinha do Word para poder procurar o nome e trocar...



O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Para substituir todos.

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - ...para substituir todos. Aí o que acontece? É tão, é tão... As sentenças são tão iguais que, quando eu vou fazer os recursos dessas pessoas, a gente só precisa modificar a página e saber o que está escrito, porque o que ela tem escrito é *ipsis litteris* o que tem a outra sentença. Então, não houve individualização da conduta dessas pessoas. Quando se tem o caso de uma pessoa que estava no gramado, ele diz ali que estava no gramado, mas ele coloca completamente... Eu acho que ele não gasta uma linha para dizer que essa pessoa estava no gramado ou estava dentro do prédio, do prédio A ou do prédio B. Muitas vezes, eles confundem mesmo essas situações, e os fatos são completamente genéricos. Do que elas são acusadas é de uma forma genérica e são sentenciadas dessa mesma forma. As sentenças são basicamente todas iguais. Inclusive, na época das denúncias — e uma das coisas que o nosso direito não permitiria é que as denúncias fossem iguais —, a gente chegou a passar essas denúncias por um antiplágio e dava 98% de semelhança, o que significa que só eram modificados o nome e o endereço, o que a gente chama no direito de qualificação dessas pessoas. Então, assim, como se diz no meu Ceará, as pessoas foram julgadas em baciadas. Elas foram sentenciadas em baciadas, entendeu? Não houve essa divisão de fato do que cada um fez.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Doutora, como os colegas que vão votar neste processo não são advogados, e muitos dos que nos acompanham Brasil afora não são advogados, deixe-me tentar elucidar um ponto. O Estado tem a força para destruir a vida de qualquer um. Ele pode imputar um crime, jogar você na cadeia, usurpar todo o seu patrimônio e colocar a força armada para fazer isso. Por isso, um povo armado jamais será escravizado, porque o desarmamento civil é para você não ter meios de resistência quando o Estado totalitário recair sobre a sua cabeça. A única barreira para que isso não aconteça indistintamente se chama "devido processo legal", que, eu repito, foi objeto do meu estudo na graduação e sobre o qual lecionei por mais de 20 anos — devido processo legal. A primeira coisa que se



aprende no direito penal, por tratar da liberdade, que é o bem mais precioso do ser humano, é que esta só pode ser tolhida se existir um fato certo, determinado com provas, e que esse fato anteriormente seja dado como crime, ou seja, eu não posso, numa sentença, falar assim: *"Fulano roubou, fulano matou"*. Não: *"Fulano, no dia tal, na hora tal, no momento tal, desferiu três disparos, gerando lesões perfurocontundentes, causando o resultado óbito no tempo tal"*. Não existe crime de tentativa de golpe, não existe fato de tentativa de golpe sem a definição de uma conduta específica e certa, provada individualmente, que se enquadre no núcleo do verbo do tipo. Eu faço essa explicação para os colegas entenderem que essas pessoas foram presas, julgadas, condenadas, torturadas — e ainda centenas delas estão nessa situação — sem sequer terem recebido a individualização do fato. O que esse policial que morreu fez? Quebrou uma vidraça? Pegou uma bola? Acampou na frente do QG do Exército? Jamais saberemos. É terrivelmente absurda uma decisão penal que não individualize o fato. Agora, por mais jocoso que pareça, quando algum desses juízes da assessoria do Alexandre de Moraes se empenha em tentar descrever o fato, e talvez por vício do hábito, fica ainda mais jocoso porque são fatos absurdamente teratológicos. *"Fez um vídeo de um gramado, 17 anos; ré primária, mãe de mais de seis crianças."* Eu pergunto à senhora, doutora: a algum momento da história a senhora consegue equiparar o momento que redundou nesses processos no nosso País?

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Da história do Brasil, a gente pode remeter a casos como na época do regime militar, em que não havia o devido processo legal.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - As pessoas eram conduzidas ao cárcere com inquéritos indeterminados, sem prazo definido, sem fato definido, simplesmente jogadas nas masmorras, torturadas, e algumas até à morte.

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Sim.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - É disso que a gente está falando, eminentes Sr. Presidente e Sr. Relator. É esse o nível de urgência, é esse o nível



de personalidade com que esses fatos batem à minha porta. Essas pessoas me abordam não porque me conhecem como Deputado Federal; essas pessoas me conhecem pessoalmente. Então, o senhor imagina o que é, por mais de 2 anos, ser interpelado todos os dias: *“Meu filho vai morrer”, “meu pai vai morrer”, “minha esposa vai morrer”*. É assustador. E volto a dizer: o único medo que me resta é, no último dia em que eu estiver nesta terra, passar pela minha cabeça que algo que eu não fiz poderia ter sido feito e que, diante de tamanho absurdo, eu não me levantei, porque eu vou me levantar todas as vezes e não vou me calar em hipótese alguma, porque, mais importante do que qualquer mandato, mais importante do que qualquer carreira, mais importante até do que a nossa liberdade pessoal é o futuro dos nossos filhos e dos filhos dos nossos filhos que foi sequestrado por criminosos que destruíram um único pilar que mantém de pé o que se entende por democracia, que é o devido processo legal. Existe algum evento marcante relacionado a essas pessoas de que a senhora se recorda e que, porventura, eu possa não ter perguntado?

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - A questão do Jean, que é, se eu não me engano, de Mato Grosso. Jean é um rapaz autista, catador de recicláveis, que foi preso no dia 8 de janeiro. Ele veio na excursão de Mato Grosso, acreditando que estava vindo para uma marcha contra o aborto. Foi preso e ficou detido por algo em torno de 6 meses dentro da Papuda. Ele tem laudo de autismo desde criança; é atendido por um único médico, um médico do SUS, e tem várias outras comorbidades. Depois de muita luta, a gente conseguiu a soltura desse rapaz. O policial, quando o trouxe para colocar a tornozeleira eletrônica — ele ficou por muito tempo com tornozeleira eletrônica, mais de 2 anos, e depois ele foi absolvido no processo, porque o Ministro entendeu que ele não tinha condições psicológicas de discernir sobre a realidade do que aconteceu —, o policial chorou na minha frente. Ele disse assim: *“Doutora, eu não estou acreditando no que fizeram com esse rapaz, porque, quando eu cheguei para buscá-lo na cela, eu fiz o que é de costume, a gente fala um pouco mais alto, e ele se encolheu no canto da cela”*. E um outro



policia virou para mim e disse: *"Fale baixo, porque ele é autista, tente agir desta forma"*. E ensinou, mais ou menos, como o policial tinha que agir. E aquele policial se compadeceu a ponto de chegar lá no Cime e chorar quando me viu. *"Doutora, eu não estou acreditando que esse rapaz ficou 6 meses preso na Papuda, com toda a condição de saúde que ele tem"*. E, como ele, vários outros foram negligenciados. A gente pode também mencionar o caso da D. Joanita, que hoje está presa em uma ala psiquiátrica. Ela retornou ao cárcere sendo presa dentro de um hospital psiquiátrico, sem ter discernimento nem lucidez para entender o que estava acontecendo. E são esses casos — pessoas que têm problemas mentais ou problemas de comorbidades graves — que nos movem a continuar lutando por elas. Todas essas pessoas estão presas injustamente, e isso a gente tem como provar. Se elas deveriam responder a algum processo? Sim, acredito que sim, deveriam. Quem estava dentro dos prédios deveria responder por dano ao patrimônio público, e não por tentativa de golpe de Estado. E, aí, quando a gente tem um processo de dano ao patrimônio público, aquelas pessoas contra as quais não há prova nenhuma seriam absolvidas. Isso, sim, seria caso de justiça, e não o que aconteceu com essas pessoas. O que aconteceu é, claramente, para quem estudou direito, o direito penal do inimigo, quando você desumaniza as pessoas para que a população as entenda como pessoas menores do que outras, e você possa fazer o que quiser: torturá-las, prendê-las sem o devido processo legal e algo nesse sentido. A gente pode também mencionar o caso da D. Dirce, que tem pressão alta e que está lá em Santa Catarina, no interior de Santa Catarina, e que sofre alguns tipos de violência dentro do presídio. Quando ela estava na Colmeia, ela chegou a ser levada para o hospital com início de AVC. A filha dela me mandou um áudio que dizia: *"Se é para minha mãe continuar do jeito que está, doutora, eu prefiro que Deus a leve"*. Então, imagine o grau de sofrimento que essa filha está vendo a mãe passar a ponto de que ela prefira que a mãe morra a que ela continue sofrendo, e que a família continue assistindo, essa dor. São os mais diversos relatos de dor e sofrimento que a gente ouve diariamente; só quem convive com isso sabe. É por isso que a gente



tem Deputados tão aguerridos nessa luta, porque esses Deputados têm contato com essas pessoas e eles conhecem bem o que essas pessoas estão sofrendo. A gente também tem que agradecer pelo trabalho dos Deputados, por mais que eles se sintam impotentes nessa situação. Mas nessa situação, mesmo que de impotência, cada gotinha que a gente faz, tem uma diferença. Cada gota a mais ou a menos no oceano é uma gota a mais ou a menos no oceano. E é por isso que a gente vai continuar lutando.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Deputado Marcos Pollon, enquanto V.Exa. se recompõe para eventual indagação à Sra. Carolina, eu queria aproveitar esta oportunidade para, na condição de Presidente desta sessão, atendendo ao requerimento de V.Exa., particularizar a conduta apresentada pela Mesa Diretora a este Conselho de Ética.

A conduta imputada a V.Exa. pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados consiste em:

O Deputado Marcos Pollon, de forma ostensiva e consciente, ocupou a cadeira destinada à Presidência/1ª Vice-Presidência da Câmara dos Deputados, interferindo, portanto, diretamente na autoridade do Presidente da Câmara dos Deputados, criando um ambiente de desordem que inviabilizou a realização de sessões.

Então, a particularização é exatamente essa.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Eu aproveito esta ocasião até para poder dizer — e digo na condição de Parlamentar que sou — que todas essas situações envolvendo os atos de 8 de Janeiro gozaram de nosso apoio incondicional. Votamos, inclusive favoravelmente, no plenário da Câmara dos Deputados, inicialmente em favor do projeto da dosimetria...

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - *(Ininteligível)* da anistia depois.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - E somos favoráveis a um projeto de uma anistia mais ampla, inclusive.



O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Quero deixar registrada essa questão e peço ao senhor que possa concluir a perquirição da testemunha, por favor.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Agradeço a humanidade V.Exa. e gostaria de pedir à Mesa a gentileza de me passar esse excerto que foi lido depois, só o destaque, por favor, porque, como eu disse no começo, e, é evidente, se for necessário, vou suscitar isso em grau de recurso — mas espero que não seja, uma vez que, como V.Exa. mesmo disse, a grande parte dos Parlamentares desta Casa — eu ousar dizer que é a franca maioria — se comove por conta das atrocidades, e, certamente, se a anistia fosse pautada teria passado com mais de 300 votos. Mas eu vou suscitar um ponto, Sr. Presidente, para que não haja necessidade de eu fazê-lo em grau de recurso, porque ele salta aos olhos. Como eu disse, o julgamento é político, mas o procedimento é legal e deve ser observado. E é imperioso e pacífico em todos os tribunais superiores, incluindo o STJ e STF, que se aplique, nos processos de decoro, o princípio da indivisibilidade para impedir perseguições personalíssimas, como, no ano passado, um colega fez pairar sobre esta Casa. Veja quão grave é a afirmação desse colega — eu não ousaria fazê-la, mas um colega chegou a mencionar que haveria pessoalidade, o que afronta o *caput* do art. 37. Os atos administrativos não podem ser pessoais, e, por isso, nos processos que tangem a atos disciplinares e decoro, deve-se observar o princípio da indivisibilidade, de modo que, se o fato que me é imputado é, abre aspas, "*de forma ostensiva*" — claro, o ato foi público, consciente — "*ocupou a cadeira destinada à Presidência/1ª Vice-Presidência*", já tem um problema aqui, porque eu não estava em duas, eu estava em uma só, e a outra: "*interferindo diretamente na autoridade do Presidente da Câmara*". Do que me foi relatado — e eu vou olhar as imagens com cuidado —, 70, talvez 90 Deputados fizeram a exata mesma coisa. Então, eu sei que as nulidades absolutas podem ser conhecidas de ofício, que V.Exa. tem formação jurídica bastante para não só compreender, mas para dar aula disso que



eu estou suscitando. Queria suscitar o reconhecimento desta nulidade por conta da quebra do princípio da impessoalidade, esculpida no art. 37, decorrente da inobservância do princípio da indivisibilidade, porque é público e notório que eu não fui o único que praticou esse ato. Encerrando a minha manifestação, agradeço a testemunha e, por último, faço a última pergunta para ela, só para ficar claro. Doutora, eu fui o único que se sentou naquela cadeira? Obrigado.

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Não, não foi o único. Ao longo da obstrução, vários se sentaram na cadeira.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Obrigado, Sra. Carolina Barreto Siebra — agora sem nenhum erro. Agradeço mais uma vez a sua presença e participação. A senhora está dispensada.

A SRA. JULIA ZANATTA (PL - SC) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Não há nenhum inscrito.

A SRA. JULIA ZANATTA (PL - SC) - Presidente, V.Exa. vai receber a delegação para eu usar o tempo de Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Perfeito, assim que receber eu já delibero.

A SRA. JULIA ZANATTA (PL - SC) - Chegou.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Concluída a oitiva da Sra. Carolina Barreto Siebra, eu passo a palavra à Deputada Julia Zanatta, pela Liderança do PL, pelo tempo de 10 minutos.

A SRA. JULIA ZANATTA (PL - SC) - Presidente, nobres colegas Deputados, meu colega Pollon, advogado reconhecido nacionalmente aqui ao nosso lado, Jeffrey Chiquini — é uma honra tê-lo aqui conosco —, eu me sentei, eu fui uma das que se sentaram na cadeira da Presidência da Câmara dos Deputados. Esse foi o meu crime. Mais do que isso, eu me sentei consciente — com certeza, foi consciente —, inclusive eu estava com a minha bebê de 4 meses — hoje ela tem 10 meses



Fui atacada de maneira cruel, de maneira baixa, dizendo que eu estava usando a minha filha como escudo. Sabem por que estavam falando isso? Porque eu estava conciliando maternidade com trabalho, aqueles mesmos que dizem que mulher pode fazer o que quiser, que pode estar onde quiser, mas eu não podia estar naquele momento ali com a minha filha. Não era assim *"eu queria estar ali com a minha filha"*, é porque eu tinha necessidade. Quem é mãe, quem amamenta, quem trabalha sabe das dificuldades do dia a dia quando se é mulher e tem todas essas responsabilidades, mas ao mesmo tempo não quer estar longe do trabalho.

Naquele momento, eu tive esse chamamento da responsabilidade por tudo que foi exposto aqui pela Dra. Carolina Siebra, por todas as injustiças que eu vi ao longo desse processo do dia 8 de janeiro. Foi a primeira coisa que eu fiz, Chiquini, quando eu cheguei aqui como Deputada, em fevereiro de 2023. Eu pedi ao Deputado Sanderson, que era alguém que já estava indo lá visitar os presos... Quando ninguém falava, era tabu aqui. Eu escutei em uma reunião que não era para tratar sobre o assunto do 8 de Janeiro, porque iria dar ruim. Eu, mesmo assim, fiz questão de ir à Colmeia, ainda em fevereiro de 2023, Chiquini, visitar as mulheres, entender, olhar no olho, porque é um absurdo o que acontece até hoje. Se fosse qualquer outro — *Globo, CNN* —, todos esses veículos de comunicação já teriam feito histórias, humanizado essas pessoas, falado com a família dessas pessoas.

Então, sim, eu me sentei na cadeira da Presidência da Câmara primeiro por necessidade, porque eu estava ali e eu queria amamentar a minha filha. Esse foi o meu crime. Chamaram até o Conselho Tutelar! Deputados do PT chamaram o Conselho Tutelar, porque eu estava ali com a minha filha, no ambiente de trabalho, e disseram que era perigoso. Depois, eu descobri que era perigoso, porque esses esquerdistas ficaram me atacando. *"Ah, porque obstruíram o trabalho do Presidente da Câmara."* E o nosso trabalho, que é obstruído diariamente aqui dentro? Fecham-se em um grupinho, decidem o que vão passar, e os outros Deputados não têm voz.



Sobem 5 minutos antes um texto complexo para se votar, e dizem que isso é democracia — dizem que isso é democracia! Temos 5 minutos para ler um texto complexo que vai mudar a vida, como foi o da reforma tributária, que todo o mundo vende aqui como grande avanço — avanço só se for para o Estado para arrecadar mais, para ter mais facilidade para arrecadar, para tirar dinheiro do bolso do povo, daquele que trabalha e produz. Essa é a democracia? Isso, sim, é obstrução de trabalho. Isso é obstrução do trabalho de quem quer realmente trabalhar pelo povo.

Todo o mundo sabe que, historicamente, foram feitas obstruções aqui nesta Casa — todo o mundo sabe. E agora querem suspender os colegas Deputados, querem dizer que a atitude deles foi criminosa, mas o que fazer diante de um cenário de tanta injustiça, porque a gente vê que os processos não têm pé nem cabeça. Eu conheço o caso de uma catarinense, a Darisa. Eu conheci o marido dela na porta da Colmeia e pedi para conhecer a história dela. Não estou falando aqui o que ele me falou, eu estou falando o que eu vi no processo. Ela chegou à noite a Brasília no dia 8 de janeiro. Ela nunca pisou na Praça dos Três Poderes, Chiquini, e ela está sendo processada, julgada — foi julgada já —, como se tivesse quebrado... Como ela vai quebrar algo se ela nunca esteve lá?

Jogaram uma tarrafa, pegaram tudo, não teve individualização da conduta.

Sr. Presidente, como a gente pode dormir tranquilamente, ficar aqui neste ambiente fingindo democracia quando vê essas inconsistências, essas inconstitucionalidades, essa injustiça, famílias sofrendo, mães separadas de seus filhos, como alguns que eu visitei?! Muitos estão aqui sentados. Que legal ficar aqui arrotando democracia! Eu quero ver quem foi visitar na cadeia, como eu fui. Lá da minha cidade, Criciúma, há duas presas do dia 8 de janeiro. Uma é a Camila, empresária de Tubarão, mãe de dois, que está separada dos seus filhos e está presa até hoje. Recentemente, o Alexandre de Moraes indeferiu a soltura dela, porque a Lei de Execução Penal para ela não serve, Chiquini. Só se fosse traficante, se tivesse roubado alguma coisa, se tivesse matado alguém, aí a Lei de Execução Penal serviria. A juíza de execuções penais de Criciúma não consegue aplicar a



LEP para ela, porque o caso está centralizado aqui em Brasília. O senhor sabe disso. Ou seja, a lei, a Constituição não vale para as pessoas do dia 8 de janeiro, porque está caracterizado que é um processo político, um cala-boca no povo que descobriu a sua força. *"Olha aqui, vocês não têm força coisa nenhuma!"* Isso é um recado do sistema muito claro. *"Se vocês fizerem isso, vão presos"*.

É o mesmo recado que o sistema está dando aqui para os Deputados que ousaram fazer alguma coisa para ver a justiça ser feita. Nós não estávamos dizendo: *"você é obrigado a votar dessa forma"*. Nós só estávamos dizendo: *"pautem, pautem, porque nós temos voto"*. Mas sabem como é que funciona aqui esta Casa, da qual, às vezes — me desculpem —, eu tenho nojo? Eu tenho nojo! Não botaram em pauta a anistia porque sabiam que a gente tinha voto! Isso, sim, é obstrução, é ser contra a democracia! Não quiseram botar na pauta porque a gente iria ganhar. *"Ah, mas vai desagradar os Ministros do Supremo."* Então, vote contra, se você tem medo de votar e desagradar o Ministro do Supremo. *"Ah, mas aí a gente vai ficar mal com a população."* Covardes! Covardes! Para quem tem cargo de Deputado e é covarde a população deveria olhar, deveria olhar mais para esta Casa, entendeu? Isso é obstruir a democracia, é decidir o que se vai para o plenário com base no *"eu quero que paute, quero que não paute; quero que vote assim, quero que vote assado"*. Essa é a democracia aqui.

Quando pautam a questão da reforma tributária, que é a maior tragédia do Brasil vendida pelo Governo Lula e por setores do Centro aqui desta Casa como salvação do Brasil, nos dão 15 minutos para lermos o texto. *"Não, mas essa reforma já está sendo discutida há não sei há quanto tempo."* Mentira! Mentira!

Eu espero que realmente o Brasil acorde — acorde — para tudo que está acontecendo. Nós não podemos mais fingir democracia. É legítimo exigir que se coloque em pauta a anistia, porque teve vários pedidos, comoção social, popular, e não teve mais porque a mídia esconde, grande parte da mídia esconde. Como eu falei, se fosse algum parente de traficante, já estariam fazendo matéria vitimizando-os, dizendo como são vítimas da sociedade, mas para o 8 de Janeiro as pessoas



viraram apenas números, e nós não tínhamos como ficar quietos diante dessa situação. Tanto quiseram obstruir o nosso trabalho que não pautaram o texto da anistia, que era para ir. Inventaram lá uma dosimetria — falado pelo próprio Paulinho da Força que foi escrito em conjunto com o Ministro do STF —, porque a anistia sabiam que ia ser pautada e que ia ganhar, que ela ia passar, e inventaram outro projeto.

Então, me desculpem. Eu sempre trato os colegas aqui com muito respeito, apesar de ser acusada de tudo por alguns. Esta Casa não tem coração, esta Casa está distante do povo. E tenho nojo, sim, muitas vezes, de ver o que acontece. Por isso, não irei me calar.

Minha solidariedade aos colegas Deputados Marcos Pollon, Marcel van Hattem, Zé Trovão e todos que estiveram lá naquela ocupação. Ninguém quis desrespeitar o Presidente Hugo Motta, eu tenho certeza. Foi só uma atitude desesperada diante de tantas injustiças que a gente vê.

Espero que isso seja levado em conta, porque a política não é só números, ela tem que ser também aquilo que a população quer, tem que ser aquilo que a população nos exige. E a gente estava fazendo somente o nosso trabalho.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Agradeço à Deputada Julia Zanatta por ter se manifestado pelo tempo de Liderança do PL.

Nesta ocasião, eu passo a palavra, pela Liderança da Oposição, ao eminente Deputado Sargento Gonçalves, pelo tempo de 8 minutos.

Na sequência, vamos iniciar a inquirição de V.Exa.

O SR. SARGENTO GONÇALVES (PL - RN) - Sr. Presidente, quero só tirar uma dúvida antes de começar a fala: ainda podem ser feitas perguntas à testemunha que ainda está presente, a Dra. Carolina, depois desse tempo? Acho que ela ainda está aí.



O SR. PRESIDENTE (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Ela já foi dispensada, já foi concluído, primeiro ponto. Segundo ponto: esta é uma audiência destinada à continuidade daquilo que já estava ocorrendo no mês de dezembro do ano passado.

O SR. SARGENTO GONÇALVES (PL - RN) - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - E o que foi acordado naquele momento é que apenas membros fariam indagação e os membros efetivamente inscritos no *app* Infoleg.

Então, a nossa sugestão, Deputado Marcos Pollon, Deputada Julia Zanatta, é que se, eventualmente, algum colega quiser fazer pergunta, sendo membro, que faça sua inscrição pelo Infoleg, por favor.

O SR. SARGENTO GONÇALVES (PL - RN) - Sim, senhor. Peço que reponha meu tempo.

Sr. Presidente, estive aqui na última reunião do Conselho de Ética. Estou aqui novamente, me atrasei um pouco devido ao atraso do voo. Apesar do momento, de fato, constrangedor, fiz e faria questão de estar aqui, ao lado do Deputado Pollon, que é um homem de honra, é um homem que muito nos honra, é um representante não apenas do povo do seu Estado, mas representa muitos do povo brasileiro. Também porque eu não poderia me acovardar. De fato, me sinto até constrangido de estar aqui, porque eu era um dos que estavam também ali entre quase uma centena de Parlamentares. E o faria novamente, se preciso fosse, porque momentos extremos exigem atitudes extremas.

É triste ver a realidade do nosso País e a realidade deste Congresso também, a realidade da Câmara dos Deputados. Eu fui vítima de violência física aqui no plenário desta Casa. Infelizmente, tenho plena convicção de que o agressor vai sair impune, assim como o agressor do Deputado Messias Donato, que hoje é Prefeito, outrora era Deputado aqui, que deu uma mãozada na face do colega Parlamentar. E sabe qual foi a punição? Nenhuma. E tantos outros casos absurdos aconteceram, como desrespeito, palavras desrespeitosas, ataques à honra de Parlamentares,



Parlamentares que são réus confessos de praticar rachadinha nos seus gabinetes, mas que retornaram à atividade Parlamentar. São tantas coisas absurdas e, de repente, a gente se vê aqui no Conselho de Ética no julgamento de homens, de pessoas que muito nos honram, que foram pinçados de uma centena de Parlamentares que praticaram o mesmo ato. Não foi nenhum ato criminoso, nenhum ato que quebrasse o decoro. Quebrar decoro é carregar dinheiro na cueca, é fazer rachadinha com dinheiro público em gabinete, é dar um tapa na face de outro colega.

Eu sei que existem as funções aqui, mas realmente não sei se eu entregaria, não teria condições, com todo o respeito que tenho ao colega Deputado Moses Rodrigues, não teria a mínima condição de ser Relator num caso desses, pelo menos se for para atender a interesse de alguns, que é aplicar uma punição meio que exemplar.

É vergonhoso nós estarmos aqui gastando esse tempo precioso do Conselho de Ética para constranger esses homens que muito honram o povo dos seus Estados e o povo do nosso País. Lembro que são representantes do povo, e quando atacam o mandato do Deputado Pollon e do Deputado Marcel não estão afrontando ou atacando a pessoa de Pollon apenas, mas estão, de fato, atacando a democracia, uma democracia que é uma farsa no nosso País. Vivemos a farsa de uma democracia, porque aqueles que representam o povo são perseguidos. Que democracia é essa? Que democracia é essa em que nós temos maioria para aprovar, como nós conseguimos aprovar a urgência do PL que trata da anistia, mas, infelizmente, o Sr. Presidente Hugo Motta, em quem eu votei... Eu acho que tenho propriedade e ainda mais legitimidade para falar. E aqui até faço o *mea culpa* e peço perdão àqueles que votaram em mim se de repente os envergonhei ou os deixei tristes com o fato de termos votado no Presidente Hugo Motta.

Votamos enganados, porque o compromisso, a promessa do Sr. Presidente era, de fato, pautar a anistia. Este foi o único pedido que nós realizamos: *"Paute a anistia, porque o Brasil está cansado dessa guerra, porque entendemos que é a*



única forma de pacificarmos nosso País, porque estamos cansados de toda essa injustiça que ocorre, de termos homens e mulheres de bem presos, enquanto nós temos criminosos soltos".

E aqui a gente fala do criminoso desde aquele rabo fino, que eu digo que carrega um 38 na cintura para praticar um crime, até o de colarinho-branco, que rouba dinheiro do povo, que coloca dinheiro do povo na cueca e dentro de malas de dinheiro. Eu falo aqui e vou nominar, porque, de fato, é bom humanizar o que a Esquerda tem desumanizado.

Eu tenho certeza de que cada cidadão brasileiro conhece alguém que está sendo injustiçado neste País ou que participou dos atos que a Esquerda tenta atacar como golpe de Estado, como o fato de você estar na frente de um quartel, pedindo socorro, pedindo, pelo amor de Deus, que alguém ajude o Brasil.

O próprio Ministro, o atual Ministro da Defesa, o Sr. Múcio, além de dizer por diversas vezes que não houve golpe nem tentativa de golpe no Brasil, ainda disse que familiares dele, que residem no Recife, estiveram, por diversas vezes, na frente do quartel. E os seus familiares, eu não quero que sejam punidos, muito pelo contrário, porque crime não praticaram, mas, assim como o Sr. Deputado Marcos Pollon foi pinçado, cidadãos brasileiros foram pinçados na frente dos quartéis para serem condenados por um crime impossível. Esta é a triste realidade do nosso País: uma perseguição descarada, vergonhosa.

Infelizmente, o Presidente Hugo Motta, irmão paraibano como sou, envergonha o povo paraibano por estar perseguindo Deputados que não cometeram crimes, Presidente!

Presidente Hugo Motta, não aceite uma coisa dessas, uma perseguição vergonhosa dessas! Como é que o senhor coloca no banco dos réus um homem de honra, como é o caso do Deputado Marcos Pollon, do Deputado Marcel van Hattem, independente de qualquer divergência ideológica que nós tenhamos? Mas é desonesto da parte do senhor e de qualquer outro que ouse ou que não atue de



uma forma que não queira punir um inocente, alguém que não praticou crime algum, porque, se praticou, eu exijo que me punam também.

Jamais eu poderia me acovardar! Eu não saí de uma viatura de polícia para vir me acovardar aqui no Congresso Nacional.

Como é que eu estava, no mesmo momento, praticando o mesmo ato que o Deputado Marcos Pollon, e por que só o Deputado Marcos Pollon está no banco dos réus e eu estou como testemunha? Que justiça é essa, Sr. Presidente Hugo Motta? Tenha vergonha! Paraibano é cabra-macho, é homem de honra! O que o povo paraibano vai dizer da sua conduta aqui no Congresso Nacional, aqui na Presidência da Câmara Federal, envergonhando o povo paraibano?

Por que eu digo isso e me refiro diretamente ao Presidente Hugo Motta? Porque, se não fosse a vontade dele, atendendo a pedido, sem dúvida, de Ministro do STF, muito provavelmente do chefe do Poder Executivo, que quer humilhar a Direita, nós não teríamos aqui homens de honra no banco dos réus. É uma vergonha, Sr. Presidente! E isso muito nos indigna.

(Desligamento do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Peço a V.Exa. que conclua, meu amigo Deputado Sargento Gonçalves.

O SR. SARGENTO GONÇALVES (PL - RN) - É por isso que nós nos exaltamos. Não estamos desrespeitando, mas, de fato, é um sentimento de indignação e de tristeza.

Todas as vezes em que colocamos a cabeça no travesseiro lembramos não apenas do Deputado Marcos Pollon, mas de outras dezenas, centenas de cidadãos brasileiros que estão sendo injustiçados no nosso País. Se um Deputado está passando por isso hoje, imaginem um cidadão comum que não tem as prerrogativas de um Parlamentar.

É vergonhoso! Não tem democracia no País!

Infelizmente, já sucumbiu a democracia num país chamado Brasil.



O SR. PRESIDENTE (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Obrigado, Deputado Sargento Gonçalves.

Eu convido V.Exa. para poder compor a Mesa na condição de testemunha e agradeço a disponibilidade de comparecer perante este Conselho de Ética.

Antes de passar a palavra ao Deputado Marcos Pollon, que, na condição de representado, vai indagar o amigo, o Deputado Sargento Gonçalves, eu passo a palavra à Deputada Adriana Ventura pelo tempo destinado à Liderança da Minoria na reunião de hoje, 8 minutos.

Seja bem-vinda, Deputada Adriana!

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Obrigada, Deputado Marcelo.

Olá, Deputado Moses.

Cumprimento todos os presentes.

Eu, sinceramente, Deputado Marcelo e Deputado Moses, já estive aqui em dezembro, e esta Comissão realmente...

Como vai a nossa Secretária, que nos assessora tão bem?

Eu realmente fico indignada com a condução dos trabalhos desta Casa. E eu tenho que falar isso em alto e bom som, porque a gente vê que não são nem dois pesos e duas medidas, mas dez pesos e quinze medidas, porque, a cada dia, eles tiram da cartola uma regrinha diferente.

O que está acontecendo neste Conselho de Ética é uma coisa que assusta o Brasil, porque o que a gente vê e tem visto de perseguição a milhares de brasileiros, que não tiveram o devido processo legal, que foram presos sem julgamento individualizado, e todos os problemas, continua aqui nesta Casa em cima de Parlamentares. Milhões de brasileiros estão sendo agredidos aqui por esses dois pesos e duas medidas. Eu não estou dizendo que as pessoas não tenham que responder pelos seus atos. Quem cometeu ato errado tem que estar aqui, tem que responder, não tenho a menor dúvida disso. Mas eu fui testemunha aqui e, na qualidade de testemunha, eu deixei claro que 120 Parlamentares deveriam estar aqui, e não três. Eu fui clara, clara, ao dizer que o que estava acontecendo aqui é



que estavam pinçando pessoas, e querendo dar uma liçãozinha. Agora, quem não tem vergonha na cara não tem que dar lição em ninguém.

Então, falando objetivamente, não sei por que esta Comissão está funcionando. Esta Comissão nunca funcionou na segunda-feira, nunca funcionou na sexta-feira, e começou a funcionar. Não temos nenhuma Comissão instalada, e esta Comissão está aqui. Agora estão com o relóginho, querendo dar lição. Deviam dar lição em quem faz rachadinha, deviam dar lição em quem tem funcionário fantasma, em quem fica escondendo bandido do INSS, em quem fica protegendo assessor que recebeu alguma coisa.

Então, eu acho que o Presidente Hugo Motta tem que realmente balancear o que está acontecendo aqui. Se quiserem dar liçãozinha e quiserem perseguir, usem a mesma régua, a mesma medida, principalmente colocando 120 Parlamentares aqui, e não somente três, e punindo inclusive. A gente fala tanto em dosimetria, Presidente Delegado Marcelo Freitas. A gente tem que entender por que esta Comissão está funcionando a toque de caixa, e sabemos que há um monte de gente que faz rachadinha o dia inteiro, divide salário, contrata funcionário fantasma. Temos, inclusive, denúncias de muitos e muitos Parlamentares aqui, e nada acontece com eles.

Então, o que está acontecendo?

Eu acho que esta Comissão tem que se dar ao respeito, e falo isso com todo o respeito que tenho por V.Exa., Deputado Delegado Marcelo Freitas, e pelo Deputado Moses. Agora, o que não dá é a gente ver esse jogo de cena, essa patacoada, que tem um objetivo claro: perseguir, chantagear e querer deixar no prego. Estão fazendo o que o Ministro Alexandre de Moraes faz com os outros, com aquele inquérito do fim do mundo que enfia todo mundo ali. Agora, as notícias são claras: eu quero ver como vai se comportar também o Presidente Hugo Motta com a roubalheira do Master. Quero ver como vão se comportar o Presidente Hugo Motta e o Senador Davi Alcolumbre com esses escândalos todos. Esta Casa, de uma maneira vergonhosa, deu o prêmio de Mérito Legislativo para o Ministro Dias Toffoli.



É brincadeira um negócio desses! O cara que é dono do *resort*, que coloca os irmãos de laranja.

O Presidente Hugo Motta entregou o prêmio na minha frente. Eu estava olhando e falei: *"Não estou acreditando que isso está acontecendo"*. E, agora, estão pegando Parlamentares eleitos pelo povo para dar liçãozinha, porque ocuparam a Mesa. Engraçado, em outras épocas, nós vimos Deputados da Esquerda ocupando a Mesa, parando tudo na época da reforma trabalhista. Estavam lá a Deputada Luiza Erundina — inclusive gosto muito da Deputada Luiza Erundina — e outros Deputados, e nada aconteceu. Então, é uma coisa persecutória. Quinze pesos, 300 medidas por um projetinho de gente mimada! É isso o que está acontecendo aqui.

Deputado Delegado Marcelo Freitas, eu vou encerrar minha fala daqui a pouco — peço até licença —, mas eu queria alguns esclarecimentos procedimentais. A minha pergunta é: foi combinado no Colégio de Líderes que todas as Comissões iam começar a funcionar depois do carnaval. Depois parece que mudou e vão instalar amanhã, ou hoje à tarde começam a funcionar, são cinco prioridades.

Nesta Comissão de Ética, eu queria saber como está esse cronograma. Por que essa correria? Eu queria saber dos outros processos também, a quantas andam. A quantas andam? Os outros times e problemas que tivemos aqui... Por que estão perseguindo três dos 120? Essa é uma pergunta. A outra pergunta é: como é que está o cronograma? Pergunto ao Sr. Relator também, meu querido Deputado Moses Rodrigues, porque o que está parecendo é que estão fazendo uma pressão, querendo crucificar três, em nome de uma suposta moral, o que não vai acontecer, porque isso daqui eu acho que desmoraliza o Parlamento. Colocaram três Parlamentares para servir de exemplo. Agora, eu não vejo servir de exemplo Parlamentar que rouba o Erário público. Não vejo servir de exemplo quem vende emenda parlamentar. Não vejo servir de exemplo quem tem volta aqui. Não vejo Parlamentar sentado aí que rouba dinheiro público, que indica fornecedor para receber Comissão. Então, eu quero saber que jogo é esse.



Quem ocupa a Mesa está sendo perseguido. E os verdadeiros bandidos, laráprios que existem aqui dentro? Temos muitos, e todo mundo sabe — todo mundo sabe. Cadê esse povo? Por que não estão na Comissão de Ética? Por que não fazem acordão? Aquele acordão que o que faz rachadinha combina com o outro, e todo mundo faz o acordão e todo mundo sai ileso. Parlamentares que defenderam o que acham certo estão sentados aqui no banco dos réus, porque não entram nos acordões da República.

Então, eu queria entender qual é o cronograma previsto aqui. Estou falando aqui como Vice-Líder da Minoria. Quero saber com clareza qual é o cronograma proposto, porque o que está acontecendo aqui é completamente irregular — como tudo.

Em dezembro, a gente começou a votar coisas que a gente não tinha nem lido a matéria. E passaram uma votação que ninguém leu. Ninguém leu. Só o Relator leu. Todos os outros não leram. Eu pergunto se agora vai ser praxe fazer qualquer coisa aqui.

Então, eu quero saber qual é o cronograma, por que só esta Comissão, e o que está na Mesa exatamente. Para fazer pressão para chantagear em nome de um acordão da República, para mostrar que o Presidente tem poder e tudo mais, eu não acho que é a melhor política. A gente tem três Parlamentares aqui, onde deveriam estar 120.

Eu vou encerrar a minha fala, Presidente, até para o senhor me falar qual é o cronograma proposto aqui.

Eu queria entender por que esta Comissão é a única que está funcionando, sendo que as outras não foram instaladas. E qual é a programação do Relator? Eu peço esse esclarecimento a V.Exa.

Eu agradeço bastante.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) -
Agradeço à eminente Deputada Adriana.



Já aproveito a oportunidade para esclarecer que comungo com as falas ditas por ela, especificamente com relação a Deputados que roubam dinheiro público ou que roubam emendas parlamentares. A nosso sentir, quem rouba dinheiro público merece a pena de morte, especialmente a pena de morte na política.

Especificamente com relação a esta reunião do Conselho de Ética, é preciso ficar claro que ela resulta do que foi feito no dia 16 de dezembro do ano passado, em que a própria Presidência — isto consta nas notas taquigráficas — chamou a continuidade daquela reunião do dia 16 de dezembro para os dias 2 e 3 de fevereiro deste ano. Então, esta é tão-somente a continuidade daquela reunião realizada no dia 16 de dezembro. Aqui nós estamos tão-somente dando continuidade. É o que faremos agora, com a oitiva do eminente Deputado Sargento Gonçalves.

Eu lhe agradeço, Deputado Sargento Gonçalves, pela disponibilidade de comparecer.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - E o cronograma?

O SR. PRESIDENTE (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - O cronograma, minha querida Deputada Adriana, depende de uma série de fatores. V.Exa. não estava presente quando nós esclarecemos que duas das testemunhas estão em missão oficial fora da Câmara dos Deputados. Portanto, nós vamos ter que aguardar essas duas testemunhas, reputadas imprescindíveis pela defesa do Deputado Marcos Pollon, para que a gente possa dar continuidade. E só após a oitiva dessas duas testemunhas é que nós poderemos fazer a oitiva dos representados. Então, a sequência será essa.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Eu passo a palavra ao eminente Deputado Marcos Pollon para que inquirir a testemunha Deputado Sargento Gonçalves.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Sr. Presidente, V.Exa. pontuou que, no encerramento — corrija-me se eu estiver errado — da reunião do dia 16 de dezembro, foram fixados os dias de realização dessas reuniões que estão



acontecendo agora. Eu queria perguntar à Mesa quando foi encaminhada ao meu gabinete a cientificação acerca desses dias, por favor. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - A assessoria nos informa que foi encaminhada, no dia 30 de janeiro, a convocação formal para esta reunião.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Obrigado, Sr. Presidente. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Só mais um esclarecimento: essa questão da data de 3 de fevereiro consta exatamente... pela presidência dessa sessão no dia 16.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Excelente, Presidente. Muito obrigado. Eu só questiono a notificação formal porque, como eu não participei da reunião, não tinha como eu saber. Eu tomei conhecimento da fixação da data só no dia 30, embora eu confesse que fiquei surpreso com alguns órgãos da imprensa que estavam noticiando e, inclusive, prejulgando o feito. Teoricamente, eu já sei até qual vai ser minha condenação, se é que isso é real. Mas vamos que vamos.

Sr. Sargento Gonçalves, eu pergunto uma coisa a V.Exa.: o senhor — de forma ostensiva, ou seja, sem segredo, consciente, sabia o que estava fazendo — ocupou uma das cadeiras destinadas à Presidência/1ª Vice-Presidência da Câmara dos Deputados? *(Pausa.)*

Vou pedir à Presidente que declare a nulidade... *(Risos.)* Brincadeira. Eu nem vou brincar, porque, do jeito que essa Deputada é corajosa, é perigoso ela fazer. Então nem vou brincar.

O SR. SARGENTO GONÇALVES (PL - RN) - Nobre irmão Marcos Pollon, demais que nos ouvem e nos assistem, de forma objetiva, por diversas vezes, durante aquele movimento que nós realizamos por democracia, um movimento de forma ordeira, um movimento sério, um movimento de mais de uma centena de Deputados se revezando ao longo daqueles dias em que ficamos ali ocupando o plenário, em diversos momentos estive sentado na cadeira da Presidência, em outras cadeiras ali, assim como vários outros Deputados. Acredito que todos os que



estavam ali fazendo aquele revezamento também revezaram, em diversos momentos ali, o momento de sentar naquelas cadeiras ali da Mesa Diretora.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - É interessante pontuar, Sra. Presidente, que me ocorreu algo que eu tinha até esquecido. Não coloquei na minha defesa, mas vou falar para que conste. No primeiro dia, Relator, eu nem participei, eu estava no meu Estado. Eu só fui chegar aqui no segundo dia. Eu só fui chegar aqui no segundo dia. Então pergunto a V.Exa.: foi ideia minha isso aí? Fui eu que falei: *"Vamos lá!"*?

O SR. SARGENTO GONÇALVES (PL - RN) - Não, até porque não tinha um líder o movimento; eram todos os Parlamentares. Era um movimento uniforme; todos, de forma espontânea, de forma muito consciente, participando daquele ato, um ato democrático, apenas pedindo, solicitando que o Presidente da Casa cumprisse um acordo firmado mais de 7 meses atrás, que seria pautar o projeto da anistia, projeto este de que já tinha sido votada, inclusive, a urgência...

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Não, na verdade, a gente tinha colhido assinaturas.

O SR. SARGENTO GONÇALVES (PL - RN) - Ou melhor, conseguimos a urgência, não é?

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Tínhamos a urgência.

O SR. SARGENTO GONÇALVES (PL - RN) - Tínhamos as assinaturas para a urgência. E o pedido era esse. Agora, Deputado Marcos Pollon, Sr. Relator, nobre Presidente e aqueles que nos assistem, eu faço questão de dizer: eu estou aqui com uma das pernas, tornozelo e joelho inchados, porque já estava machucado. Tem 1 semana que eu retornei de uma caminhada de mais de 200 quilômetros em defesa da liberdade do povo brasileiro. Então, é só para demonstrar... *"Ah, foi para aparecer, Gonçalves, que o Deputado Nikolas, o Deputado Gonçalves, Carlos Jordy, Coronel Zucco, Marcos Pollon e tantos outros fizeram essa caminhada de mais de 200 quilômetros, de Minas Gerais até Brasília?"* Não, não foi para aparecer; foi para mostrar a disposição que nós temos em defender a liberdade do povo



brasileiro. Então, o que é sentar na cadeira do Presidente da Câmara Federal, Hugo Motta, Presidente esse que nós elegemos? Então, a cadeira não é do Presidente; a cadeira é do povo brasileiro e de todos aqueles que o elegeram? O que é sentar na cadeira do Presidente da República diante de Parlamentares, de Deputados que caminharam mais de 200 quilômetros? E eu tenho certeza de que mais 200 quilômetros caminharíamos e mais 200 e mais 200. Digo isto aqui para deixar claro que não vão nos fazer desistir de lutar pela liberdade do povo brasileiro, pela democracia do nosso País. Podem tirar até o mandato do Sargento Gonçalves, mas vão precisar matar para nós nos calarmos, para de fato nós não falarmos. Enquanto fôlego nós tivermos — pode ser perseguindo o Deputado Marcos Pollon, pode ser perseguindo o Deputado Marcel van Hattem, pode ser perseguindo o Deputado Sargento Gonçalves e qualquer outro desses que estão nesse grupo de homens e mulheres que honram o povo brasileiro —, nós estaremos dispostos a lutar em defesa do povo brasileiro, mais uma vez eu repito, de forma pacífica, ordeira, democrática, respeitando as leis do nosso País, mas cobrando, representando aqueles que nos elegeram, porque eu tenho certeza de que aqueles que elegeram o Deputado Marcos Pollon, aqueles que elegeram o Deputado Sargento Gonçalves e todas as outras dezenas de Parlamentares que estavam ali ocupando a Mesa Diretora do plenário da Câmara Federal estavam ali não representando apenas seus interesses ou suas vontades próprias, mas representando milhares ou milhões de votos de pessoas, de cidadãos que os elegeram e que clamavam para que, de fato, fosse feito algo para que essa pauta tão importante para o Brasil fosse aprovada. Por isso, ocupamos, nos sentamos na cadeira e sentaríamos novamente, se necessário fosse, como a Deputada Adriana falou, como tantas outras vezes a Esquerda se sentou por pautas tão menos importantes do que a defesa da liberdade do povo brasileiro.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Deputado Sargento Gonçalves, V.Exa. esteve lá desde o primeiro dia?



O SR. SARGENTO GONÇALVES (PL - RN) - Desde o primeiro dia. Não me lembro exatamente o momento exato em que...

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - V.Exa. pode descrever para a gente como é que se sucederam os acontecimentos? Como eu disse, por conta de ajustes de voo, eu só consegui chegar no dia seguinte. Então, logo que eu cheguei, aderi ao protesto.

O SR. SARGENTO GONÇALVES (PL - RN) - Como eu disse, desde o primeiro dia, eu estava. Não lembro exatamente o exato momento.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Mas como é que foi? É isso que eu quero entender. Como eu não participei do arranjo, como é que se sucedeu o encaminhamento?

O SR. SARGENTO GONÇALVES (PL - RN) - Sim, um grupo de Parlamentares... Não estava havendo sessão, não lembro exatamente agora, de fato não me vem à memória qual foi o dia exatamente que nós...

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Foram dois dias: um dia, depois o outro dia.

O SR. SARGENTO GONÇALVES (PL - RN) - Mas eu digo, se foi no início da semana.... Mas eu sei que não estava havendo sessão. Então, não houve...

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Foi no primeiro dia depois do recesso.

O SR. SARGENTO GONÇALVES (PL - RN) - Não houve obstruções dos trabalhos da Casa, no caso, eu digo de interferir os trabalhos, porque não estava acontecendo sessão...

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Não tinha nem pauta.

O SR. SARGENTO GONÇALVES (PL - RN) - Não tinha pauta ainda apresentada, e um grupo de Parlamentares, como eu disse, dezenas de Parlamentares, decidiu ir até o plenário e ocupar a Mesa Diretora. Nós nos mantivemos ali por 2 dias. Fizemos uma escala de serviço de plantão no plenário para podermos estar ali de forma contínua, ocupando a Mesa Diretora, inclusive durante toda a madrugada. E assim foi até chegarmos a um acordo com o



Presidente Hugo Motta, que se comprometeu... Não participei dessa reunião com o Presidente Hugo Motta, mas aqueles que representavam o grupo que estava ocupando a Mesa retornaram diante desse acordo, mas sem uma definição exata, realmente, de qual o momento em que iríamos terminar o movimento, realmente sair e desocupar a Mesa. Mas, de fato, basicamente se procedeu dessa forma. Como eu disse, era um movimento que não tinha uma liderança específica, mas que todos os Parlamentares...

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Se revezavam...

O SR. SARGENTO GONÇALVES (PL - RN) - ...sentindo-se pressionados, eu acredito até, pelas suas bases, por aqueles que os elegeram, numa perspectiva de buscar realmente pautar o que eu entendo que ainda é prioridade, que é a anistia, anistia ampla, geral e restrita. Havia, inclusive, compromisso por parte do Presidente da Casa, o Sr. Hugo Motta, de pautar esse projeto de lei. E assim foi como ele conseguiu o voto de vários Deputados do espectro de direita ali, numa perspectiva de que realmente essa pauta seria cumprida pelo Presidente da Casa.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Deputado Sargento Gonçalves, eu me recorro de que V.Exa. estava o tempo todo em que eu estive lá em cima também junto comigo. V.Exa. acabou de dizer que não havia ao certo uma definição de acordo de que nos fosse dado conhecimento. E é importante pontuar isso, porque para mim e para o Marcel chegou a informação, por um dos Líderes — eu não me recorro se foi o Prof. Luizinho ou se foi o Sóstenes, mas eu sei que foi um dos Líderes de partido —, de que havia sido feito esse acordo de se pautar, onde nós nos comprometeríamos em entregar os votos para passar uma PEC, e, tão logo votássemos a PEC, seria pautada a urgência e o mérito da anistia e nós desocuparíamos toda a parte de cima. E, depois de exaurido o espaço, sem ninguém mais lá, aí todos os integrantes da Mesa, não só o Presidente, mas todos os integrantes da Mesa, num ato simbólico, subiriam até lá. Isso foi o que chegou para mim. E acredito que, se buscarmos nos vídeos, se tentarmos resgatar o áudio ou a leitura labial, dará para ver que isso foi falado por alguns Líderes, razão pela



qual, durante o tumulto que se deslindou depois desse suposto acordo, desafiava absolutamente um acordo que recém tinha acabado de ser realizado. E, ainda que o senhor não se recorde desses termos — nós já tivemos outras testemunhas que se recordam desses termos —, eu quero perguntar a V.Exa. do que chegou para o senhor, independente se isso ou não, para deixar bem claro que o tumulto generalizado lá em cima impedia qualquer um dos que estavam ali de saber exatamente o que estava acontecendo. Não foi privilégio meu isso aí. Então, por gentileza.

O SR. SARGENTO GONÇALVES (PL - RN) - Exatamente, Deputado Marcos Pollon. Não foi fechado o plenário. Entrou Deputados da Esquerda, Deputados do PT, do PSOL, que foram os que mais tumultuaram. Inclusive me vem à memória mais uma vez aqui que, se de fato houve crime, foi a agressão praticada por uma Deputada do PT contra o Deputado Nikolas Ferreira, uma agressão física. Creio que foi o único crime que ocorreu ali naquele momento, e que não está sendo... se está sendo apurado, se há denúncia, pelo menos o Conselho de Ética não tem se debruçado com a mesma dedicação, com a mesma celeridade em apurar a agressão sofrida pelo Deputado Nikolas. Mas, de fato, o que ocorreu ali foi esse tumulto, o pessoal da Esquerda gritando, fazendo muito barulho. Chegavam informações desencontradas. Chegavam informações de que havia um acordo, mas, em outro momento, também chegava que ainda não estava fechado o acordo. E, realmente, o cenário era de muita zoadas, muito barulho, tumulto. A mesa não estava ocupada naquele momento, sobretudo nesses momentos finais do movimento, que era um movimento onde estava havendo essas reuniões com o Presidente Hugo Motta. Aquele espaço da mesa não estava sendo ocupado só pelos Deputados da Direita que faziam o movimento, mas por Deputados do Dentro, que tentavam o apaziguamento, e também por Deputados da Esquerda, que tumultuavam, que geravam aquele clima de tensão e de muito barulho, o que acabou gerando esse alvoroço, e realmente ficava difícil saber o que estava sendo definido ou qual era a definição que se tinha.



O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Deputado, o que eu vou perguntar para o senhor é algo extremamente óbvio, que deriva do bom senso, mas quero saber se chegou aos seus ouvidos, como chegou aos meus, que fazia parte do acordo o acerto de que não haveria retaliação ao ato, o que é óbvio — você vai fazer um acordo, isso aí tem que fazer parte do acordo.

O SR. SARGENTO GONÇALVES (PL - RN) - Sem dúvida. Isso aí era o mínimo, era o óbvio. Infelizmente, entendo que foi mais uma quebra de acordo por parte de quem participou, no caso o Presidente Hugo Motta, dentro do que foi tratado, do que estava acertado, até porque, como eu citei na minha fala na condição de Vice-Líder da Oposição, e agora também na condição de testemunha, dezenas, centenas de Parlamentares estavam nesse ato, ocupando a mesa. Por diversas vezes, praticamente... se não todos, vários desses Parlamentares que faziam parte desse movimento democrático ocuparam a mesa do Presidente e a cadeira do Presidente e as demais cadeiras da mesa. Infelizmente, o que ocorreu foi a quebra, mais uma vez, de acordo, de compromisso firmado, e o pinçamento de apenas três, quatro Parlamentares como bodes expiatórios de fato, para se fazer, no caso, essa... Como eu digo, mesmo que não haja uma punição, nobre Relator, mesmo que não saia uma punição daqui, eu já entendo como uma punição o fato constrangedor de esses Parlamentares, que, sem dúvida, representam uma parcela significativa dos seus Estados, estarem sentados aqui como no banco dos réus, respondendo por uma conduta que não foi praticada por eles, e de forma tão injusta, numa balança tão desigual, se o Brasil sabe que tinha outras dezenas de Parlamentares que praticaram a mesma conduta, até porque não era nenhum tipo de quebra de decoro o simples fato de um Deputado sentar na cadeira do Presidente da Casa Legislativa. Então, de fato, nos causa uma tristeza, uma indignação, um sentimento de revolta, realmente, ver essa balança injusta e desigual, que é o que ocorre aqui, mais uma vez, no dia de hoje.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Deputado, ao fato que me é imputado atribui-se uma consequência que é ter interferido diretamente e inviabilizado a



realização de sessões — no plural. Queria perguntar a V.Exa. o seguinte: se eu estive presente um dia só, como que eu posso ter inviabilizado sessões — no plural?

O SR. SARGENTO GONÇALVES (PL - RN) - É impossível.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Queria perguntar a V.Exa. também o seguinte: como é que nós, uma vez que o senhor disse textualmente que também ocupou, de forma ostensiva e consciente, a cadeira, ou seja, o exato mesmo fato, como é possível que nós tenhamos impedido o funcionamento da Casa, ou qualquer sessão, se nem pauta havia?

O SR. SARGENTO GONÇALVES (PL - RN) - Deputado Marcos Pollon, isso está muito claro. O Brasil, infelizmente... Esta Casa, ou pelo menos aqueles que têm o poder de pautar, de fazer andar essas Comissões... Inclusive, hoje, como bem disse a Deputada Adriana, espantou o fato de termos reunião hoje no Conselho de Ética. De fato, quando o assessor informou que eu deveria estar aqui, eu peguei um voo pela madrugada — o voo atrasou um pouco, e por isso atrasei a chegada aqui. Mas realmente me chamou atenção a reunião. E, quando soube, quando veio à memória, pelo menos, de fato, quando tínhamos encerrado a última reunião, aí de fato a ficha caiu e entendi por que essa celeridade, esse desespero do Conselho de Ética para funcionar. De fato, eu tenho certeza, se fosse qualquer outra a pauta ou qualquer outro o Deputado que estivesse respondendo a um processo aqui, como — eu citei ainda agora — a própria Deputada do PT que praticou uma agressão física contra o Deputado Nikolas, e isso está muito claro nos vídeos, nas imagens... Realmente, é vergonhoso, e o Brasil está vendo isso. O Brasil está vendo isso. O Brasil sabe que não foram apenas o Deputado Marcos Pollon, o Deputado Marcel van Hattem e o Deputado Zé Trovão que ocuparam a Mesa Diretora da Câmara. O Brasil sabe que não foi a primeira vez que Deputados ocupam a Mesa Diretora da Câmara Federal. O Brasil sabe que é a primeira vez que Deputados estão sendo... que estão passando pelo banco dos réus no Conselho de Ética desta Casa de uma forma tão célere, de uma forma tão... O sentimento que se tem é quase que de uma condenação prévia, já que antecipada... pelo menos a forma como as informações



chegam da mídia, a forma como se porta, a forma como a Comissão tem agido, de forma tão acelerada para julgar. E isso não é só o Deputado Sargento Gonçalves, mas eu acredito que o Brasil está vendo que algo está muito errado em nosso País. Infelizmente, esta Casa, que deveria dar exemplo, mais uma vez dá um mau exemplo do que é democracia ao povo brasileiro. Realmente, mais uma vez nos envergonhamos. É mais um capítulo, um episódio triste da democracia do Brasil a forma como o Conselho de Ética desta Casa tem se portado diante desse fato.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Deputado, o senhor figurou como membro desta Comissão, deste Conselho, durante o seu mandato?

O SR. SARGENTO GONÇALVES (PL - RN) - Eu estou como membro suplente.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - V.Exa. é membro. Eu sou membro titular desta Comissão desde o começo do meu mandato — desde o começo do meu mandato. Eu vou perguntar para V.Exa. se se recorda se, desde 2 de fevereiro de 2023 até hoje, em algum momento esta Comissão funcionou antes do carnaval, ou, ainda, numa quinta, numa sexta ou numa segunda-feira.

O SR. SARGENTO GONÇALVES (PL - RN) - Infelizmente, nestes 3 anos de mandato, é a primeira vez, no caso, que nós vemos acontecer isso. Infelizmente, é meio que o que ocorre com a Justiça do nosso País. Parece que o mau exemplo está sendo contagiante e está contagiando os colegas Parlamentares, porque, eu tenho dito, aqueles que julgaram o Presidente Bolsonaro e tantas outras centenas de pessoas que foram condenadas por um crime impossível, se tivessem a mesma benevolência por parte do Estado brasileiro, da Justiça brasileira, que os verdadeiros criminosos têm, de fato não estariam presos, não estariam condenados. Mas, infelizmente, tem sido dessa forma. É balança igual, balança injusta... E, como eu disse, a balança, ela pende, de fato, para o lado do mau exemplo, porque os que deveriam estar condenados não são condenados, não são condenados disciplinarmente. Aqueles que são réus confessos de um crime de rachadinha não são condenados disciplinarmente, para que outros não pratiquem o crime de



rachadinha, mas aqueles que, buscando atender a um clamor popular, buscam exercer na plenitude o seu exercício, o seu mandato, a sua representação no Parlamento, infelizmente são aqueles que têm sido cassados por esta Casa. De fato, mais uma vez eu repito, é algo que nos constrange, que nos deixa tristes, enquanto representantes do povo, enquanto cidadãos. Mas eu tenho certeza de que o Brasil está acompanhando e vendo tudo isso.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Deputado Sargento Gonçalves, V.Exa. disse, em alto e bom tom, que — abro aspas —, *"de forma ostensiva e consciente, ocupou a cadeira destinada à Presidência"*, igual a mim, e afirmou que outros tantos, mais de uma dezena de Parlamentares, praticaram exatamente o mesmo ato, o que fere frontalmente o art. 37, *caput*, da Constituição Federal, quando trata dos atos administrativos, que devem ser revestidos de impessoalidade, e fere de morte o princípio da indivisibilidade, que é, já disse, pacífico nos Tribunais Superiores, para impedir que questões personalíssimas ou pessoais possam ser utilizadas em processos ético-disciplinares. Eu pergunto a V.Exa., segundo o seu sentir, e também segundo o que temos ouvido nos corredores e átrios desta Casa, qual seria o motivo de, dentre, como disse a Deputada Adriana, mais de 120 Parlamentares que fizeram a exata mesma coisa, estarmos eu, o Marcel e o Zé passando por um julgamento que, segundo a imprensa, vai me alijar de todo o exercício do meu mandato, porque, como disse, a imprensa tem informado que já tem conhecimento até do resultado do meu julgamento e devo ser suspenso por 6 meses do meu exercício parlamentar, ou seja, eu só volto depois da eleição, ou no ano que vem. Eu pergunto ao senhor se seria: a) para tirar da votação da derrubada de veto três votos; b) amedrontar os Deputados que lutam pela anistia; c) uma questão de rixa ou desafeto pessoal; ou d) tudo isso e mais um pouco? Queria que V.Exa. nos dissesse, segundo o seu sentir, o que motiva essa "desdiferenciação" entre os iguais, essa desigualdade entre os iguais.

O SR. SARGENTO GONÇALVES (PL - RN) - Deputado Marcos Pollon, seria a letra "d": tudo isso e mais um pouco — tudo isso e mais um pouco. Sem dúvida,



como foi a condenação dos presos políticos do 8 de Janeiro, como foi a condenação do Presidente Jair Bolsonaro, o maior líder do nosso País, líder político do nosso País, um dos maiores líderes políticos da... que está pagando um preço hoje por enfrentar o sistema... *(O orador se emociona.)*

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Vou fazer uma observação aqui, Gonçalves, porque nós somos da mesma estirpe, da mesma raiz, e temos empatia suficiente para sentir a dor desses que estão presos de forma injusta e estamos dispostos, até a última consequência, a defender essas pessoas. Como você mesmo falou, não vai ser mandato que vai nos calar; só nos tirando desta terra, e, ainda assim, a nossa história vai continuar ecoando no coração das pessoas. Mas queria dividir com V.Exa., enquanto V.Exa. toma uma água, que, no final do ano passado, eu recebi os dois maiores elogios que nós que temos vertente ideológica podemos receber. No final do ano, como eu disse, depois que eu saí daqui eu fiquei 1 mês sem celular, mas, antes de eu me desligar completamente, uma pessoa, com certeza de viés esquerdista, escreveu no meu Instagram: *"Esse sujeito é um imbecil, porque ele sabe que não vai ter o apoio do Presidente"* — ou partido, qualquer coisa que o valha —, *"mas continua defendendo, continua lutando, continua apoiando indistintamente o Presidente e lutando por essas pessoas"*. Ele usou outras expressões, e eu não vou usar aqui porque são de baixo calão. Eu fiz questão de repostar nos meus *stories*, porque é isso que nos diferencia, Gonçalves. A gente não apoia o Bolsonaro esperando apoio, a gente não apoia o Bolsonaro esperando um vídeo, a gente não apoia o Bolsonaro esperando uma indicação, a gente apoia porque é o certo a se fazer. A gente luta pela liberdade do Presidente porque sabe que esse processo é uma fraude, uma pantomima, uma fantasia desvairada. Independente de qualquer apoio, de qualquer outra coisa, nós não nos preocupamos com o mandato, nós não nos preocupamos com a eleição, nós nos preocupamos com o Brasil e com a liberdade do Presidente e das pessoas, porque o escárnio ao Presidente Bolsonaro fere de morte todo o devido processo legal e arruína completamente a possibilidade de uma democracia. Então, eu sei que



V.Exa., assim como eu, não o faz querendo louros políticos. Como o senhor acompanhou aqui, tudo que eu fiz em relação a essas pessoas era para ser mantido em segredo, não fosse este processo aqui, onde eu preciso externar a minha atuação, para que saibam a motivação dos meus atos. Mas nós fazemos porque é o certo. Por isso, V.Exa. tem o meu total respeito. E a outra foi de um sujeito, também de viés de esquerda, que disse que, abre aspas, *"o Eduardo Bolsonaro só lidera três imbecis"*, e marcou a mim, o Gil Diniz e o Mario Frias. Aí eu peguei e também repostei, agradei e mandei para o Eduardo: *"Ó, se estão nos odiando, é porque nós estamos fazendo o nosso trabalho. Se você está sendo perseguido e odiado pelos maus, é porque você tem feito um bom trabalho"*. E folgo em saber que até os que nos odeiam reconhecem o nosso respeito e amparo pelos nossos líderes, que é o caso do Eduardo Bolsonaro e do Presidente Bolsonaro, não por nenhum interesse, mas pelo que é certo. Então, eu compreendo a emoção que embarga a sua voz, Sargento Gonçalves, porque é dessa mesma emoção que eu compactuo, é desse mesmo sentimento de que, ainda que nós tivéssemos feito mais, ainda seria pouco, enquanto qualquer inocente, inclusive o nosso Presidente, jaz nas masmorras do STF. Obrigado pelo senhor estar aqui, obrigado por ter ombreado comigo em todo este mandato. É uma honra poder chamá-lo de amigo.

O SR. SARGENTO GONÇALVES (PL - RN) - Deputado Marcos Pollon, eu me sinto honrado com as palavras de V.Exa. Quando eu me emociono, não é lembrando só do nosso líder, o Presidente Jair Bolsonaro, que é um homem de honra e merece todas as nossas considerações, mas de tantos outros cidadãos anônimos, meu Líder Deputado Pastor Sóstenes Cavalcante, meu Líder Deputado Cabo Gilberto. Mais uma vez eu vou citar aqui, para humanizar o que a Esquerda tem tentado desumanizar. Seu Maxwell e Dona Francisca são dois cidadãos lá de Parnamirim, cidade da Região Metropolitana de Natal, fichas-limpas. Nunca praticaram nem um crime sequer. Estiveram em Brasília, chegaram em Brasília já após o dia 8, já era dia 9 de madrugada, em um ônibus que foi parado por uma *blitz* da PRF, ainda na BR. Ousaram pegar um carro de aplicativo e ir até a frente do



quartel, do QG do Exército, já quase naquele horário onde as tropas do Exército, daquela forma vergonhosa, cercaram o nosso povo e o colocaram dentro de ônibus para conduzi-los até ao departamento da Polícia Federal. Seu Maxwell e Dona Francisca, Sr. Relator, estavam naquele ônibus. Seu Maxwell passou 6 meses preso, na Papuda; Dona Francisca passou 3 meses presa. Estão fazendo uso de tornozeleira eletrônica. Seu Maxwell sempre fala comigo pelo WhatsApp, Cabo Gilberto, e ele está com doze penalidades, porque o Ministro Alexandre Moraes colocou um limite. Seu Maxwell trabalha de motorista de carro de frete. Carro de frete, para quem não sabe... Ele tem uma saveirozinha e carrega móveis, feiras do pessoal, para poder sustentar a família. E o Ministro Alexandre de Moraes simplesmente colocou uma limitação de território, o território da cidade de Parnamirim, que é uma cidade de uma região metropolitana. Simplesmente, sempre que Seu Maxwell ultrapassa os limites da cidade de Parnamirim, a tornozeleira dispara, e Seu Maxwell está com doze penalidades em apenas 1 mês, para poder suprir as necessidades dos seus filhos — ele tem dois filhos pequenos, crianças ainda. Seu Maxwell está sendo impedido de trabalhar, de conseguir suprir as próprias necessidades. Mais uma vez, eu repito, um homem e uma mulher ficha-limpa, que não praticaram crime algum, chegaram a Brasília após os atos do dia 8 de janeiro. Se quisessem acusá-los de depredação, baderna... Nem aqui estavam. E é este mesmo País, Deputado Marcos Pollon... Dia 6 de dezembro agora eu completei 21 anos de polícia. Passei 18 anos da minha vida combatendo o crime dentro de uma viatura de polícia. Eu moro no mesmo lugar onde muitos dos criminosos que eu prendi também residem, que é a região periférica de Natal. E quantos criminosos eu vejo — já prendi duas, três, quatro, cinco vezes... Nenhum deles com tornozeleira. Pasmem! Esta semana eu dei uma entrevista a uma rádio lá na capital, Natal, e citei um indivíduo envolvido, membro de facção criminosa, que hoje exerce o papel de liderança comunitária, de pseudoliderança comunitária em uma comunidade de Natal. E simplesmente, poucas horas depois, eu recebi uma ligação e, para a minha surpresa, era esse sujeito, que hoje é pseudolíder



comunitário. Quando eu fui puxar a ficha — achei que ele tivesse resolvido ou conseguido a anulação de pena, de condenação —, simplesmente esse sujeito responde a cinco crimes, entre eles organização criminosa e tráfico de drogas. Eu já estive em operação prendendo esse sujeito lá em Mãe Luíza. E esse sujeito está solto, não usa tornozeleira, não está preso. Hoje, é líder comunitário de uma comunidade. Como é que você, cidadão, pode ficar tranquilo e achar que nós estamos numa normalidade institucional, que nós não estamos, de fato, em um narcoestado, em um País onde os valores estão totalmente invertidos, onde um criminoso acusado de liderar organização criminosa e ser membro de organização criminosa está solto, brincando de ser líder comunitário, e neste mesmo País estão, na mesma região metropolitana, dois cidadãos que não praticaram crime algum, condenados, fazendo uso de tornozeleira eletrônica? Quantas outras dezenas de cidadãos estão nessa situação, Dr. Jeffrey? Quantas outras dezenas de cidadãos estão nessa situação, respondendo, presos, por um crime impossível? Infelizmente, para onde a gente poderia olhar e ver o socorro abaixo de Deus senão o Parlamento, que representa o povo brasileiro, onde estão homens e mulheres eleitos pela população brasileira? Dali a gente espera que de fato venha algo com senso de justiça. É só o Judiciário que está contaminado, são os Ministros que estão transloucados nas suas decisões? De repente, a gente se depara no Conselho de Ética da Câmara Federal com quatro Deputados que estavam praticando o mesmo ato. Eu estava lá, o Deputado Sóstenes Cavalcante estava, o Deputado Cabo Gilberto estava e tantos outros Deputados que já estiveram aqui neste Conselho de Ética, e o processo continua rolando como se nada estivesse acontecendo. É muito louco! Como é que nós podemos aceitar? Ou é um teatro de cartas marcadas para condenar os colegas — já tem a condenação definida, como parte da mídia já anuncia —, ou nós estamos gastando um tempo aqui, mas quero acreditar que está sendo transmitido para o Brasil, não está passando a brancas nuvens. Eu tenho certeza de que o povo não está cego para ver todo esse teatro, tudo isso que está acontecendo. Essa balança é desigual, é injusta. Até onde nós iremos com isso?



Até onde nós iremos com esse desgaste? Eu estava na penúltima reunião que houve aqui no Conselho de Ética, quando o Deputado Marcos Pollon passou mal, teve um problema de saúde. O que nós estamos esperando acontecer? Nós estamos tratando aqui sobre o destino, não apenas de 6 meses de suspensão, de quatro Deputados. É mexer com a democracia. É mexer com esses milhares ou milhões de votos de pessoas que depositaram a esperança de que existe uma democracia em nosso País. Se, de fato, Sr. Relator, daqui sair realmente a condenação, o sentimento que eu tenho, e tenho certeza de que de boa parcela da população, é de que realmente a democracia já sucumbiu faz tempo. E é daqui que pode vir realmente um grito de esperança, de que pelo menos este Conselho de Ética não atuará de forma tão injusta e tão desleal e com a balança tão desigual. Essa conduta entristece não só o povo brasileiro, mas também o próprio coração de Deus. Duas coisas Deus abomina: o inocente ser tido como culpado, e o culpado ser tido como inocente.

E como é que, na mesma conduta de mais de cem Parlamentares, só quatro são culpados? Só quatro praticaram, Deputado Sóstenes, essa "conduta delituosa", que desabona o Parlamento brasileiro, que vai envergonhar o Parlamento brasileiro e, se não forem punidos, o Parlamento brasileiro vai ficar desmoralizado? Desmoralizados nós já estamos ao estarmos aqui há quantas reuniões, expondo para o Brasil esta farsa, este teatro, que é vários Parlamentares que poderiam estar gastando seu tempo preparando projetos de leis, estudando os projetos que irão ser votados hoje, estão aqui no Conselho de Ética passando por este teatro. Eu tenho plena convicção do constrangimento que eu estou passando, que V.Exa. está passando e, tenho certeza, no íntimo, o Relator está passando, o nobre Presidente da Comissão está passando, os nobres Deputados que estão vindo a esta Comissão. A prova é que entra Deputado e sai, porque é constrangedor permanecer por mais de uma hora aqui e ver todo este teatro que está sendo desenvolvido, infelizmente, vergonhosamente, neste Conselho de Ética.



O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) - Presidente, pela ordem.

Iniciada a Ordem do Dia, Presidente, solicito, até por conta das atividades que temos no plenário, que se suspenda a reunião ou a encerre. Não sei qual será a decisão de V.Exa. Eu já sei que o sinalzinho vermelho já comunicou a V.Exa., ilustre Deputado Delegado Marcelo Freitas. E a gente lhe agradece, porque tanto eu quanto o Deputado Marcel van Hattem, que somos Líderes, precisamos estar no plenário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Deixem-me, responder, primeiro, à questão de ordem do eminente Deputado Sóstenes.

Essa questão já foi enfrentada por este Conselho de Ética, e se entendeu que a Ordem do Dia não tem o condão de suspender as reuniões do Conselho de Ética. Já foi enfrentada essa questão de ordem neste Conselho de Ética, especificamente em reunião destinada à oitiva de testemunhas, como neste caso.

Tendo em vista que esta reunião é a continuidade daquilo que fizemos no dia 16 de dezembro e que a oitiva do Deputado Delegado Paulo Bilynskyj e do Deputado Coronel Zucco será efetivada em momento ulterior, pois estão em missão oficial fora da sede, nós vamos dar prosseguimento à oitiva do eminente Deputado Sargento Gonçalves e, na sequência, suspender a reunião para podermos almoçar.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Sr. Presidente, peço vênica a V.Exa. para me dirigir à Mesa e, depois, me endereçar à fundamentação, porque eu acredito que é regimental, mas depois eu checo isso. Eu vou sustar a minha questão de ordem — enquanto isso —, com base no art. 57 da Constituição Federal, que determina que o Congresso Nacional se reunirá do dia 2 de fevereiro a 17 de julho; combinado com o art. 226 do Regimento Interno, que diz que cabe, nesse período, discutir e deliberar sobre qualquer matéria da Casa somente durante a sessão legislativa ordinária ou extraordinária, não em recesso, sem convocação de sessão,



de maneira que não pode haver nenhum ato administrativo de caráter processual, com vista à contagem de prazo, realizado no período de recesso.

Portanto, tendo em vista que a convocação me foi encaminhada no dia 30 de janeiro de 2026, antes do início e da abertura da sessão legislativa, por conta do art. 57 combinado com o art. 226, os atos da sessão que se realiza hoje são irregulares, porque só poderiam ocorrer depois de inaugurada a sessão. O comunicado, como enviado no dia 30 de janeiro, foi fora do período de trabalhos da Casa.

Com o intuito de evitar possíveis nulidades procedimentais, eu endereço a V.Exa. esta questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Deputado Marcos Pollon, especificamente em relação ao primeiro aspecto, acerca da suspensão desta sessão do Conselho de Ética destinada a ouvir testemunhas, essa questão foi enfrentada especificamente na Questão de Ordem nº 142, de 2021. Peço que o senhor aponte nesse sentido, para que possa ser enfrentada.

Especificamente em relação à questão da notificação, ou da cientificação, ou da intimação de atos procedimentais, isso pode perfeitamente ser feito no período de recesso parlamentar, sem que ocorra sessão alguma nesse sentido.

Então, de qualquer sorte, eu recolho a sua questão de ordem e me manifestarei expressamente sobre ela no decorrer desta sessão.

Peço a V.Exa. que dê continuidade às indagações efetivadas à testemunha, por gentileza.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Sr. Presidente, como praticamente só eu irei indagar...

(Intervenção ininteligível fora do microfone.)

Não. Acho que vocês podem também. Se vocês tiverem perguntas referidas que alterem algum fato novo ou que envolvam vocês, vocês podem fazê-las. É por isso que vocês são intimados do ato processual. E o senhor entende isso melhor do que eu porque o senhor é Delegado! *(Riso.)*



Eu queria pedir licença ao senhor, para o senhor me conceder 10 minutos só para eu ir ao banheiro e voltar. Eu estou apertado aqui. Eu estava esperando alguém da Liderança para falar alguma coisa, mas como não há...

É rapidinho.

(Intervenção ininteligível fora do microfone.)

Ótimo!

O SR. PRESIDENTE (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Não vamos suspender...

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Veja que eu estou sendo razoável. Não estou pedindo nem para almoçar, nem para suspender, só para eu ir ao banheiro.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Nós vamos almoçar depois que acabarem as indagações em curso.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Sim, sim....

O SR. PRESIDENTE (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Mas, neste momento, V.Exa. pode se deslocar até o banheiro.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - É rapidinho! Obrigado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Eu até queria reforçar, Sr. Presidente, se seria eventualmente de bom-tom fazer uma pausa agora de 1 hora. Vai começar a Ordem do Dia, e nós temos que estar lá. Temos a hora do almoço, já passa de 1 hora e meia da tarde, voltamos às 2 horas e meia, e aí a gente continua.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Seria só para poder terminar a oitiva do nosso eminente Deputado. Na sequência, a gente dá uma suspensão na sessão e vê a possibilidade de continuar na sequência, por 1 hora. Já está na iminência de se concluir aqui, já que se trata de uma continuidade daquela reunião em que foram feitas as oitivas, no dia 16 de dezembro do ano passado.



O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Eu me consultei com o Deputado Marcos Pollon há pouco, e a informação que ele nos deu é que ele ainda tem bastante pergunta para fazer.

Eu até estou surpreso positivamente com o tanto de novas informações que foram trazidas aqui, porque nós já tínhamos feito as indagações ao Sargento, na oportunidade passada. Considerado que a reunião poderia se estender por talvez mais 1 hora, e, pela previsão que o Deputado Pollon deu, talvez fosse melhor fazer esse intervalo agora; depois, V.Exa. retoma a reunião, termina a hora que falta e chama a próxima testemunha. Mas é V.Exa. quem toma a decisão, e nós estamos aqui a assistir, Deputados.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) - Peço a palavra, Presidente, só para ajudar, até a volta do colega que foi ao banheiro.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Pode falar, meu Líder!

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) - Primeiro, Delegado Marcelo Freitas, retomando mais um ano legislativo, nosso último ano dessa legislatura, quero parabenizar V.Exa. pela paciência e também o Relator Moses Rodrigues. No ano passado, eu já estive aí na condição de testemunha, como o Sargento Gonçalves hoje está, nosso colega, brilhante Parlamentar do Rio Grande do Norte. E estive por 5 horas.

Hoje, em conversa com o Presidente Hugo Motta, até disse a ele que, se ele quer fazer correção pedagógica por causa da ocupação feita pelos Parlamentares ano passado, essa é a melhor correção pedagógica; inclusive, ele estaria corrigindo pedagogicamente alguns que nem fizeram a ocupação, como é o caso do Relator, o Presidente do Conselho de Ética, V.Exa. que nos preside neste momento e outros colegas — os assessores também, que, muito menos, nada têm a ver com as disputas internas políticas desta Casa, com o que aconteceu no ano passado. Logicamente foi um diálogo muito franco com o Presidente, hoje pela manhã. E eu tenho certeza de que nós vamos conseguir, em relação a cada representado —



inclusive, nós já atravessamos, mas não a tempo, o que lamentamos —, que sejam analisadas, individualmente, as três representações, porque entendo a necessidade de a gente ser pedagógico, mas também de corrigir os exageros que nós temos em um processo, como tão delongado este, no Conselho de Ética, haja vista já tivemos um Parlamentar que, depois disso tudo, já fez a mesma ocupação, inclusive resistindo de forma totalmente desconexa com a realidade, posteriormente. A nossa, pelo tamanho que foi e pela envergadura da ocupação feita, ela deixou muito menos sequelas do que já aconteceu posteriormente.

Entendo que têm que ser aplicados todos os instrumentos legais internos para a ampla defesa, como está sendo feito. E quero agradecer aqui ao Deputado Sargento Gonçalves por estar vindo, logo no início dos trabalhos legislativos, como testemunha, neste caso aqui do Deputado Pollon, nesta representação.

Eu estava na reunião de Líderes, mas já acompanhando um pouco, no trajeto, a fala de V.Exa., e gostaria de contribuir com uma pergunta a V.Exa.: de tudo o que aconteceu naquele episódio, V.Exa. em algum momento viu a parte...

O SR. PRESIDENTE (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Eminentíssimo Líder Sóstenes, como V.Exa. não é membro deste Conselho, V.Exa. não pode fazer perguntas, mas, tendo em vista que o eminente representado teve que se ausentar por questão fisiológica, vamos permitir, no mais absoluto exercício da ampla defesa, no mais legítimo exercício do contraditório, tal qual apregoado no art. 5º da Constituição, que o senhor possa fazer essa pergunta também, com a anuência também do Relator, porque o nosso objetivo aqui é bem claro.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) - Eu agradeço a V.Exa. a flexibilização, Presidente. Realmente, eu poderia até usar todo o tempo de Liderança para poder dar o tempo do retorno do colega Parlamentar, mas preferi fazer uma pergunta, porque acho que vai até contribuir.

V.Exa., em algum momento, naquele momento da desocupação do plenário, viu que o Deputado Marcos Pollon agiu dolosamente, de má-fé, em ficar ali na cadeira, querendo prejudicar a imagem da Casa, querendo prejudicar a imagem do



Presidente? Foi premeditado, foi uma coisa que realmente compromettesse, ou V.Exa. entendeu que ali foi, como eu já disse no lugar de V.Exa. inclusive, problemas de comunicação, porque a gente estava na desocupação. Eu queria que V.Exa. pudesse corroborar ou discordar do que eu, quando na situação de V.Exa., pude deixar claro a este egrégio Conselho de Ética.

O SR. SARGENTO GONÇALVES (PL - RN) - Meu Líder Deputado Sóstenes, Pastor Sóstenes Cavalcante, concordo plenamente com o entendimento de V.Exa. De fato, todo o tempo em que estive ali, não apenas o Deputado Marcos Pollon, mas tenho certeza de que todos os demais Deputados que faziam parte daquele movimento democrático, passivo, ordeiro, não tinham, em momento algum, a intenção de desmoralizar o Presidente Hugo Motta, muito menos esta Casa Legislativa, aquela cadeira. Antes de o senhor chegar aqui ao Conselho de Ética, eu citei aqui que nós votamos no Presidente Hugo Motta. Entendia que a cadeira é uma representação, está sentado graças ao nosso voto, e, por isso, a nossa intenção é que realmente esteja, naturalmente, numa posição a que se deva respeito, honra. E jamais o Deputado Marcos Pollon ou qualquer outro Parlamentar ali tinha a intenção de desmoralizar o Presidente da Casa. Muito pelo contrário, era um movimento, como eu disse, de forma muito pacífica, e a intenção realmente era apenas que fosse pautado algo que já havia sido tratado com o próprio Presidente Hugo Motta. Inclusive, quando o senhor diz "aquele momento" — quando V.Exa. fala sobre aquele momento de tumulto —, eu citei aqui, anteriormente também, muito mais desenvolvido pelos Deputados do PT que ocuparam o plenário, ocuparam também a mesa naquele momento. E gerou-se todo aquele barulho, aquela confusão, e acabou acontecendo essa confusão de comunicação, realmente não chegando a informação precisa se já era para esvaziar o espaço da mesa, se era para descermos ou se era para permanecer ali na Mesa Diretora.

Mas, de fato, eu tenho plena convicção disso, falo com muita certeza, até pelos momentos que passamos ali, durante toda aquela ocupação, e outros momentos que já tivemos aqui na Casa, da forma como o Deputado Marcos Pollon se porta



aqui no Conselho de Época e em outras Comissões, como a Comissão de Segurança Pública, e no Plenário da Casa, sempre de forma muito respeitosa, respeitando o Regimento da Casa, respeitando as leis do nosso País. E, naturalmente, a única intenção que nós tínhamos ali era, de fato, representando aqueles que nos elegeram, conseguir pautar este projeto tão importante para a pacificação do País, que era o Projeto de Lei da Anistia.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Antes de retornar a palavra ao Deputado Marcos Pollon, registro que o Deputado Sóstenes Cavalcante fez uma inquirição, que nós permitimos que fosse feita, até mesmo com o propósito de ampliar a ampla defesa.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Sr. Presidente, quero agradecer a generosidade de V.Exa. Como já afirmei, o fato de V.Exa. ser um operador do Direito facilita muito o meu trabalho, pois V.Exa. compreende a extensão das questões que eu suscito.

Quanto ao que eu queria obter de informações do Exmo. Sr. Deputado Sargento Gonçalves, já exauriu o meu mister e, da minha parte, eu me dou por satisfeito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Eu agradeço ao Deputado Sargento Gonçalves, em mais uma ocasião se fazendo presente, e agradeço ao Deputado Marcos Pollon.

Vamos suspender esta sessão pelo prazo regimental de 1 hora e voltamos na sequência, para que a gente possa dar continuidade à sessão...

Pois não.

O SR. JEFFREY CHIQUNI - Sr. Presidente, tenho só uma questão de ordem.

Quero aproveitar este intervalo para levantar uma informação. Na última sessão que nós tivemos no ano passado, constou até da ata que Senadores não membros poderiam participar.



Pergunto isto pelo seguinte: houve uma inovação fática quando do depoimento de uma testemunha, e o Presidente, na última sessão, autorizou que indicássemos Senadores como testemunhas.

Eu peço a V.Exa. que, se possível, consulte até eventualmente o Presidente, para ver de que forma podemos fazer isso e quando podemos fazer isso, porque há Senadores que querem participar e ser ouvidos aqui. Então, não sei se emendaríamos a indicação das testemunhas, se eles seriam chamados como testemunhas da Presidência. Este é o ponto. Daí a gente já levaria isto para os Senadores que se colocaram à disposição para testemunhar.

É isso, Presidente.

Obrigado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Inclusive, o próprio Senador Davi Alcolumbre se demonstrou *(falha no áudio)* em participar de uma reunião nossa para falar sobre o que aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Dr. Jeffrey Chiquini, a grande verdade é que, na ata, constou foi a possibilidade de os Senadores perquirirem, indagarem, e não serem ouvidos na condição de testemunha arrolada pela Presidência. Na ata que está aqui com a gente, consta isto.

Eu indago ao eminente Relator...

(Intervenção ininteligível fora do microfone.)

Exatamente, e fazendo as perguntas, pelo tempo de 2 minutos, para quem seria membro e, pelo tempo de 1 minuto, para quem seria não membro.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - O acordo que nós fizemos — as notas taquigráficas hão de confirmar — é de que alguns Senadores que se dispusessem a vir na condição de testemunha seriam aceitos para se sentar na cadeira em que agora está sentado o Deputado Sargento Gonçalves, para serem indagados. E inclusive nós citamos alguns Senadores que foram convidados: Senador Rogerio Marinho, Senador Eduardo Girão, Senador Magno Malta.



Também conversei, repito, com o Senador Davi Alcolumbre em determinada oportunidade, até para comparar. Eu disse: *"Ó, lá no Senado, não aconteceu nada. Teve Senador até se acorrentando na mesa, e o Senador Davi Alcolumbre nada fez sob o ponto de vista de algum tipo de perseguição ou mesmo tentativa de punição"*. E ele me disse, reservadamente — também não preciso aqui declinar toda a conversa —, que estaria inclinado, até eventualmente, a contribuir aqui. Afinal de contas, nós gostaríamos de ter algumas testemunhas de defesa como Senadores.

Então, não sei se o Senador Davi Alcolumbre realmente virá, mas os outros três Senadores disseram que viriam. E o acordo que havia sido feito foi de que, ao final de todas as testemunhas, seriam ouvidos, então, os Senadores.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Tem a palavra o eminente Relator.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Presidente, só na intenção de colaborar — mas é importante que a gente verifique nas notas taquigráficas e que fique registrado —, quando os representados apresentaram as testemunhas, foi indeferida, vamos dizer assim, a oitiva dos Senadores como testemunhas e foi feita uma menção da possibilidade de se ouvirem os três Senadores: Senador Rogério Marinho, Senador Girão e Senador Magno Malta.

No entanto, o entendimento era de que não seria uma... A qualquer momento, se eles quisessem participar, e nós estivéssemos aqui já ouvindo as testemunhas, eles poderiam ter direito à fala. Não seria reservado um momento específico para ouvi-los, mas, se eles quisessem participar no Conselho de Ética, nós iríamos conceder espaço.

É importante que se verifique, depois do depoimento e da oitiva do Deputado Sargento Gonçalves.

Então, depois que o Presidente determinar se vai continuar agora ou se vai fazer uma suspensão para o almoço, pode ser feita uma pesquisa nas notas taquigráficas, para avaliar se foi nesse sentido que eu coloquei aqui mesmo.



O SR. PRESIDENTE (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Deputado Marcel, a Presidência assume o compromisso de, nesse intervalo de 1 hora, fazer a consulta ao inteiro teor das notas taquigráficas para poder analisar se foi de qual ou de tal maneira. De qualquer sorte, o Relator já esclareceu a possibilidade de eventualmente se perquirir algum Senador presente, razão pela qual a nossa pretensão é suspender neste momento por 1 hora, e voltamos daqui a 1 hora para que a gente possa dar continuidade.

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Dr. Eduardo, pois não.

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Sr. Presidente, é só para reforçar, também sobre o mesmo tema, que um dos pontos que nós gostaríamos que fosse levado em consideração, no tocante aos Senadores, é que no Senado também houve algo similar e não houve nenhum procedimento contra eles. Então, é só para reiterar essa necessidade de escutá-los.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Perfeito. Agradeço a intervenção.

Tem a palavra o Deputado Marcos Pollon.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Obrigado, Sr. Presidente.

Como V.Exa. tem feito uma condução efetivamente bem imparcial, comedida, e quero cumprimentá-lo por isso — é algo que se denota, e falo isso de maneira respeitosa, bem diferente do clima de que nós participamos no final do ano passado, quando nem sequer para o almoço a gente conseguia suspensão —, quero pedir a V.Exa., como colega Parlamentar, fazendo um apelo, por questão humanitária, que suspenda a presente reunião até o dia de amanhã, porque, como mencionei, antes da fixação da presente agenda e antes que eu fosse notificado do presente ato e de posse da informação de que havia um acordo entre os Líderes de que não se realizaria reuniões antes do carnaval, eu agendei a última bateria de exames aos



quais eu tenho que me submeter. Como disse a V.Exa., passei boa parte do meu recesso me submetendo a vários exames, e os últimos que restam são cardiológicos. Então, peço respeitosamente a V.Exa. que suspenda o ato até amanhã, porque, às 14 horas e 30 minutos, eu tenho a marcação do meu primeiro exame dessa série. Reitero a V.Exa. que, se tivesse sido cientificado da realização do ato antes de procurar o médico, teria tomado o cuidado de marcar isso para depois.

Reitero a V.Exa. também que poderia eu ter me valido de um pedido de atestado para poder realizar estas 2 semanas de exames, esta semana e a semana que vem. No entanto, em respeito à seriedade desta Comissão da qual eu sou membro titular desde o começo, não o fiz. Então, reitero e, por razão humanitária, peço a V.Exa. que a suspenda até o dia de amanhã, para que eu possa realizar o meu exame.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Deputado Marcos Pollon, não há previsão regimental para se suspender a reunião por um período superior a 1 hora. O que eu vou fazer? Qual é o compromisso com vocês aqui? É que, nesse intervalo de 1 hora, a gente faça um diálogo posterior, reservado, na sala da Presidência da Comissão. Retornamos daqui a 1 hora e deliberaremos, em sintonia até com o próprio Relator, sobre essa questão.

Por esse motivo, agora, às 15h50min, eu suspendo esta reunião por 1 hora. A gente retorna aqui às 14h50min.

Está suspensa a sessão.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Às 14h55min, declaro reaberta e dou continuidade à reunião do Conselho de Ética.

Eu queria convidar o Deputado Mauricio Marcon. S.Exa. se encontra presente ou não? *(Pausa.)* Não se encontra presente.

O Deputado Alberto Fraga encaminhou *e-mail* a esta Comissão informando que não poderá vir à reunião convocada, tendo em vista ser o Relator de dois PLs



de urgência em plenário, em idêntico horário, conforme a Ordem do Dia desta data, razão pela qual também não se faz presente neste momento.

Eu vou aguardar a chegada do Deputado Marcos Pollon ou do Deputado Marcel van Hattem, como corolário, Relator, da ampla defesa e do contraditório, até para que possam, eventualmente, arguir algo que possa prejudicar eventual direito do representado.

Registro, uma vez mais, que nós estamos aqui num processo de reoitiva ou reinquirição das testemunhas que já foram arroladas anteriormente ao dia 16 de dezembro do ano passado, e isso está sendo feito para que possamos tentar garantir, o máximo possível, o direito de defesa do representado, o Deputado Marcos Pollon.

Então, vou aguardar um pouco mais, só para poder esclarecer um ponto suscitado a respeito da questão da oitiva dos Senadores: se seria uma oitiva dos Senadores, se seria direito dos Senadores se manifestarem nesta Comissão.

Nós pegamos o inteiro teor das notas taquigráficas e vamos esclarecer aqui, assim que os Deputados chegarem a este Conselho de Ética.

Há alguma consideração a fazer, eminente Relator?

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Presidente, só para ficar claro, o Deputado Mauricio Marcon e o Deputado Alberto Fraga já sabiam da convocação e da pauta desta reunião. Inclusive, no dia 16 de dezembro do ano passado, o acordo era de que voltaríamos já no primeiro dia útil, ou seja, dia 3 de fevereiro, aqui no Conselho de Ética.

Nesse caso, eu sugiro que seja indeferida a participação deles no processo como testemunhas, já que tiveram diversas oportunidades e não têm comparecido.

Quero registrar também que o Deputado Zucco e o Deputado Delegado Paulo Bilynskyj estão em missão oficial. Eles notificaram o Conselho de Ética, informando que não poderiam comparecer porque estavam em missão oficial. Então, é plenamente justificável que a gente possa ouvi-los *a posteriori*.



Porém, o Deputado Mauricio Marcon e o Deputado Alberto Fraga, pela decisão do que já tínhamos tomado no ano passado e também falado na sessão de hoje, não serão mais ouvidos.

Então, seria só para confirmar o entendimento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - É esse o entendimento.

O Deputado Mauricio Marcon, como foi apregoadado, infelizmente não pôde comparecer. O Deputado Alberto Fraga justificou a sua ausência, embora a justificativa da ausência, especialmente com relação aos prazos curtos deste Conselho de Ética, não tenha o condão de gerar a consequência da sua não presença neste plenário do Conselho de Ética.

Especificamente, com a chegada agora do Deputado Marcel van Hattem, do advogado Jeffrey Chiquini e da Deputada Caroline de Toni — nossa querida Carol de Toni, seja muito bem-vinda —, eu queria esclarecer um ponto específico com relação à questão suscitada por S.Exas. com relação à participação de Senadores.

No inteiro teor das notas taquigráficas do dia 9 de dezembro de 2025 restou claro que os Senadores poderão se manifestar. Aqui não se trata, Dr. Jeffrey Chiquini, da questão de serem ouvidos na condição de testemunhas, mas a eles será facultada a oportunidade de se manifestarem no decorrer da instrução deste Conselho de Ética, se eventualmente se fizerem presentes, até como deferência à Casa Alta e aos nobres Senadores que por aqui passarem — perfeito? Foi exatamente esse aspecto.

O SR. JEFFREY CHIQUNINI - Sr. Presidente, muito obrigado. Concordo com V.Exa. Recapitulando, acho que foi exatamente isso.

Agora, os Senadores terão quanto tempo de fala?

O SR. PRESIDENTE (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - De acordo com o que foi deliberado no dia 9 de dezembro, terão direito a 5 minutos de fala. Foi o deliberado no dia 9 de dezembro, e nós estamos aqui a ratificar essa deliberação.



O SR. JEFFREY CHIQUINI - Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Tendo em vista que nós estamos na iminência de interromper esta reunião e de convocar outra para a próxima semana, na terça-feira, eu indago ao Deputado Marcel van Hattem e à Deputada Caroline de Toni se há mais alguma ponderação, ou esclarecimento a fazer, tudo, evidentemente, no exercício da ampla defesa e do contraditório e respeitados os direitos de V.Exas.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Boa tarde.

Até por uma questão processual, Presidente, aqui fica a sugestão...

O SR. PRESIDENTE (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Um ponto importante a esclarecer, Deputado Marcel van Hattem, é que, especificamente com relação aos dois Deputados, o Deputado Delegado Paulo Bilynskyj e Deputado Zucco, nós vamos remarcar a oitiva deles para a semana que vem, até mesmo porque eles se encontram em missão oficial fora da sede, devidamente autorizada pela Presidência da Câmara. Então, já fiquem cientificados nesse sentido.

Obviamente, é uma reinquirição do que já foi feito antes do dia 16 de dezembro, só para ficar claro e especificado aqui neste Conselho.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - É exatamente sobre esse ponto que eu queria indagar V.Exa., uma vez que estão em missão oficial esses dois Parlamentares e, depois, então, se dará a oitiva dos representados. Essa seria a ordem dos trabalhos para que a instrução possa ser concluída — correto?

O SR. PRESIDENTE (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - É exatamente isso.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Presidente, sem mais delongas, até porque entendo que o trabalho no Plenário continua — missão importante para todos nós estarmos ali —, eu quero agradecer a V.Exa., Deputado Delegado Marcelo Freitas, pela condução muito correta, e também ao Relator Moses Rodrigues, que tem um trabalho pela frente que precisará ser analisado



depois pelos colegas do Conselho de Ética em relação ao relatório que ele vai apresentar. Eu queria só fazer um comentário também muito breve sobre a realização da reunião no dia de hoje.

Eu estive na reunião de Líderes da quarta-feira passada. Eu sei que V.Exa. já se manifestou, e o Relator também, pelo desconhecimento de um acordo que havia sido feito na reunião de Líderes da semana passada, mas eu dou aqui o meu testemunho, de quem esteve presente lá, de que foi decidido pelas Lideranças partidárias que nesta semana só haveria pauta no plenário, que ainda estava sendo definida — uma parte dela, inclusive, está sendo votada hoje; outra foi ontem —, e que seriam também organizadas as Comissões, tanto nas suas formações, como a Presidência e outros cargos.

Por isso, eu confesso que fiquei bastante contrariado nesses últimos dias. Fiz contato com o Relator, com o Presidente, até com o Presidente da Câmara, com quem acabei finalmente falando na tarde de hoje, e quero repetir um pouco das palavras que disse o Deputado Sargento Gonçalves, de público, nesta Comissão. Para mim, a punição de 30 dias ou de 90 dias, por mais injusta que seja, se vier — e tenho convicção de que não será adotada —, é menos punitiva do que o processo que nós estamos sofrendo.

De novo, repito que a condução de V.Exa. hoje e a do Relator foram muito boas, mas nós estamos realmente contrariados com o fato de que as audiências de oitivas têm sido marcadas, às vezes, em desacordo com outros acordos que são feitos.

Então, nós aqui estamos enfrentando isso de cabeça erguida, com todos os argumentos, com as testemunhas vindo, com o nosso excelente advogado Jeffrey Chiquini, aqui conosco. Também agradeço a presença da Deputada Caroline de Toni, que está conosco aqui, que é Presidente da Frente Parlamentar Mista pelo Livre Mercado e foi Presidente da CCJ.

Para mim, a pior parte de tudo o que nós estamos sofrendo já é esta: a do processo.



Quero deixar consignado aqui, Sr. Presidente, que espero que agora, que ficou para terça-feira, a gente tenha uma conversa produtiva também com o próprio Presidente da Câmara e as demais Lideranças partidárias, para que o Conselho não vire um instrumento que acabe punindo, ao longo de um processo que visa depois uma conclusão que pode ser até a absolvição, por assim dizer, ou o arquivamento, que é o termo técnico adequado. Então, não faz sentido, ao final do processo, ser absolvido ou tê-lo arquivado e, ao mesmo tempo, sofrer toda essa punição que nós estamos sofrendo ao longo do processo.

Era este o comentário que eu queria fazer, Sr. Presidente. De minha parte, está aceito esse procedimento.

Só faço uma última pergunta sobre a participação do Deputado Alberto Fraga, porque me parece que ele também apresentou uma justificativa que é plausível, por ser Relator de Plenário. Não sei se ele também será chamado na próxima reunião, em que pese eu já o ter inquirido e ele ter feito uma manifestação bastante breve, apesar de elucidativa.

Presidente, eu pergunto a V.Exa. se ele não será também chamado outra vez para que o Deputado Marcos Pollon ainda tenha a oportunidade de inquiri-lo.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Agradeço a participação do eminente Deputado Marcel.

A perspectiva é de que o Deputado Alberto Fraga não seja ouvido na próxima terça-feira, tendo em vista que foi apregoada sua presença, aqui neste momento, mas ele não compareceu. Porém, nada impede que, num acordo de procedimentos com o próprio Relator e com o Presidente desta Comissão, a gente possa ouvi-lo, se for imprescindível ao exercício do direito de defesa do Deputado Marcos Pollon.

Eu disse e repito: estamos aqui buscando tão somente conduzir este procedimento, que é cansativo para todos nós, não deixa de ser cansativo para a Presidência, para o Relator; nós não temos a menor pretensão punitivista ou de vingança contra quem quer que seja. Esperamos que o mais absoluto exercício do direito de defesa e do contraditório sejam respeitados por este Conselho.



Agradeço a presença de cada um dos senhores e das senhoras aqui.

Eu gostaria de convocar a próxima reunião desta Comissão para terça-feira da semana que vem, dia 10 de fevereiro de 2026, às 10 horas da manhã. Relembro também que amanhã, dia 4 de fevereiro, às 13 horas, haverá reunião deliberativa, em plenário a ser definido posteriormente.

Declaro encerrada esta reunião do Conselho de Ética.